****

**Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital**

O impacto e os custos de implantação de uma Universidade Distrital

|  |  |
| --- | --- |
| **Identificação do Projeto** | |
|  |  |
| Nome do Projeto | Projeto de Pesquisa de uma universidade distrital - 1.1 Elaboração de documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital. |
| Produto | Relatório técnico - Parte 2 |
| Representante legal | Adriana Rigon Weska |
| Coordenadora Técnica | Claudia Maffini Griboski |
| Subcoordenadora Técnica | Camila Gomes Diógenes |
| Consultor | Marcelo Ferreira Lourenço |
| Data | 01/04/2021 |

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. PREÂMBULO | 7 |
|  |  |
| 2. INTRODUÇÃO | 8 |
|  |  |
| 3. CARACTERIZAÇÃO DA RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 9 |
|  |  |
| 4. VOLUME DE OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E RIDE | 11 |
|  |  |
| 4.1. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À NATUREZA JURÍDICA E À ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES | 11 |
|  |  |
| 4.2. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO SEXO DOS ALUNOS | 15 |
|  |  |
| 4.3. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À COR E À RAÇA DOS ALUNOS | 16 |
|  |  |
| 4.4. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO PERFIL DE RENDA DOS ALUNOS | 20 |
|  |  |
| 4.5. QUANTO AOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* (MESTRADO E DOUTORADO) NO DISTRITO FEDERAL | 28 |
|  |  |
| 5. ESTIMATIVA DE CUSTEIO COM INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL | 34 |
|  |  |
| 6. ANÁLISE DE ASPECTOS DA REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DAS IES PÚBLICAS, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR, NOS CONTEXTOS INTERNO E EXTERNO, PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL | 39 |
|  |  |
| 7. ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR NO 034/2020 COM SEUS IMPACTOS VINCULADOS À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UNDF) | 45 |
|  |  |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
|  |  |
| 9. BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO | 55 |
|  |  |
|  |  |
| **LISTA DE QUADROS** |  |
|  |  |
| Quadro 1. Informações demográficas dos municípios da RIDE, segundo IBGE. | 10 |
|  |  |
| Quadro 2. Matrículas em Cursos de Graduação, nas modalidades Presencial e a Distância no Distrito Federal e no Brasil, em 2019. | 12 |
|  |  |
| Quadro 3. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a organização acadêmica, na série histórica do CenSup 2010-2019. | 13 |
|  |  |
| Quadro 4. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a natureza jurídica da IES, na série histórica do CenSup 2010-2019. | 14 |
|  |  |
| Quadro 5. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019. | 15 |
|  |  |
| Quadro 6. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Brasil, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019 (Fonte: INEP/CenSup 2019). | 15 |
|  |  |
| Quadro 7. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a natureza jurídica da IES, na série histórica do CenSup 2011-2019 (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígina; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). (Adaptado de ROBL (2021). | 16 |
|  |  |
| Quadro 8. Percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, com destaque para a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (%),, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígina; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). | 19 |
|  |  |
| Quadro 9. Instituições de Educação Superior (IES) com autonomia universitária utilizadas para o estudo da estimativa de perfil de renda dos alunos, com participação nas edições do ENADE de 2017 e/ou de 2019, dos cursos das áreas de engenharia, tecnologia e inovação, de acordo com sua natureza jurídica. | 20 |
|  |  |
| Quadro 10. Cursos de graduação das áreas de engenharia, tecnologia e informação, das Universidades e Centros Universitários do DF, que apresentaram resultados de ENADE, nos anos de 2017 e/ou 2019, para a análise do perfil de renda dos alunos. | 20 |
|  |  |
| Quadro 11. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos da Área de Engenharia das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 21 |
|  |  |
| Quadro 12. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos da Área de Engenharia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 23 |
|  |  |
| Quadro 13. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 24 |
|  |  |
| Quadro 14. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 25 |
|  |  |
| Quadro 15. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 26 |
|  |  |
| Quadro 16. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 26 |
|  |  |
| Quadro 17. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação; DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação). | 27 |
|  |  |
| Quadro 18. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil. | 31 |
|  |  |
| Quadro 19. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, por Região Geográfica. | 31 |
|  |  |
| Quadro 20. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na Região Centro-Oeste, por unidade federativa. | 31 |
|  |  |
| Quadro 21. Número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, por Instituição de Ensino Superior (IES). | 32 |
|  |  |
| Quadro 22. Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Católica de Brasília (UCB). | 33 |
|  |  |
| Quadro 23. Principais descritivos orçamentários de receita e despesa, das três universidades públicas do Estado de São Paulo, para o ano de 2020. | 34 |
|  |  |
| Quadro 24. Custo/aluno-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de alunos de graduação e de pós-graduação matriculados ao final de 2019. | 35 |
|  |  |
| Quadro 25. Custo/Servidor-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de servidores docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos, existentes ao final de 2019. | 36 |
|  |  |
| Quadro 26. Laboratórios de uso comum para a Área de Engenharia e custo aproximado para aquisição de equipamentos e mobiliário. | 37 |
|  |  |
| Quadro 27. Investimento estimado ao longo dos cinco primeiros anos, para implantação de Área de Engenharia, com seis cursos, 50 vagas anuais e 120 servidores | 38 |
|  |  |
|  |  |
| **LISTA DE FIGURAS** |  |
|  |  |
| Figura 1. Variação percentual do número de matrículas em graduação no Distrito Federal, de 2010 a 2019, segundo a organização acadêmica (adaptado de ROBL, 2020). | 14 |
|  |  |
| Figura 2. Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Públicas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). | 17 |
|  |  |
| Figura 3. Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Privadas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). | 18 |
|  |  |
| Figura 4. Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). | 19 |
|  |  |
| Figura 5. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação). | 28 |
|  |  |
| Figura 6. Dispêndios e estimativas de investimento do governo federal em P&D – exceto pós-graduação (2000-2020) (Em R$ milhores de 2020), segundo KOELER (2020) | 29 |
|  |  |
| **LISTA DE ANEXOS** |  |
|  |  |
| Anexo 1. Número de IES por Categoria Administrativa no Brasil e no Distrito Federal | 58 |
|  |  |
| Anexo 2. Relação Nominal de IES com sede nos Municípios da RIDE DF – Características gerais (Categoria Administrativa: Privadas com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa; Organização Acadêmica: Faculdades; Modalidade da oferta: Presencial). | 58 |
|  |  |
| Anexo 3. Relação Nominal de IES com sede no DF – Características gerais acadêmicas. | 59 |
|  |  |
| Anexo 4. Evolução de Matrículas por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – DF. | 66 |
|  |  |
| Anexo 5. Ranking de Capacidade de Reação da Economia às Demandas Futuras, segundo Relatório sobre Competitividade Global de 2020. | 67 |
|  |  |
| Anexo 6. Ranking de Competitividade Digital 2020 do Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento. | 69 |

1. **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Pesquisa encontra-se firmado em uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB/DF), com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), para a execução de projeto de educação inovadora visando a instalação de uma Universidade Pública Distrital com vistas ao desenvolvimento social, econômico, tecnológico e científico do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

A referida parceria tem como objeto o desenvolvimento de quatro macroações que possibilitarão a estruturação de uma universidade distrital, sendo elas: a) Estudos de viabilidade de uma universidade distrital; b) Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária: realização de benchmarking nacional e internacional; c) Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária: proposta de modelagem para estruturação de uma universidade distrital; e, d) Pesquisa de metodologias e/ou tecnologias inovadoras de ensino superior.

Como objetivos da macroação “Estudos de viabilidade de uma universidade distrital”, destacam-se: identificar e caracterizar a oferta da educação superior no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), sobretudo de cursos e instituições com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias, para subsidiar o desenvolvimento da proposta de criação de uma universidade distrital.

Assim, estão sendo realizadas as seguintes análises:

1. Análise de dados sobre volume de oferta da Educação Superior no Distrito Federal e RIDE;
2. Análise de custeio com infraestrutura e gestão de pessoas para a implantação da Universidade do Distrito Federal;
3. Análise de aspectos da Regulação, Supervisão e Avaliação das IES públicas, segundo a legislação e regulamentação em vigor, nos contextos interno e externo, para a implantação da Universidade do Distrito Federal.
4. **INTRODUÇÃO**

O projeto de Lei Complementar no 034/2020, de autoria do Governador do Distrito Federal, foi encaminhado à presidência da Câmara Legislativa (CL-DF) em 19 de março de 2020 e teve sua apresentação em 23 de abril do corrente ano, cuja ementa destaca: *“Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências”.* Desde então, encontra-se em trâmite na casa legislativa do Distrito Federal. Em consequência, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB/DF), firmaram parceria com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), para a execução de projeto que inclui estudo de viabilidade para a instalação da referida Universidade do Distrito Federal, sob a forma de uma fundação pública e regime jurídico de direito público, visando a criação e a oferta de programas de educação superior inovadores que resultem em desenvolvimento social, econômico, tecnológico e científico do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Os processos de criação, implantação e gestão de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas no território brasileiro, atendem ditames gerais previstos na legislação federal e, específicos, no que couber, na legislação das unidades federativas, incluindo resoluções e pareceres dos Conselhos de Educação em nível nacional (CNE) ou das unidades (Sistemas de Ensino), no caso em pauta, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), além dos órgãos da administração direta como portarias do Ministério da Educação ou da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Da mesma forma, à regulação, à supervisão e à avaliação destas instituições e de seus programas de graduação e de pós-graduação, aplicam-se as determinações previstas na regulamentação específica, inclusive por meio de conveniamento entre diferentes Sistemas de Ensino. Ainda, por se tratar de processo de implantação de IES de grande importância, uma série de informações sobre demanda regional e sobre os impactos nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, produtivos e educacionais devem ser considerados, incluindo questões orçamentárias como fontes de recursos, nível de custeio e de investimento.

1. **CARACTERIZAÇÃO DA RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

De acordo com o Decreto no 7.469, de 04 de maio de 2011, regulamentando a Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, em associação à Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE possui 34 unidades administrativas, a saber: a) o Distrito Federal com a cidade de Brasília; b) 29 municípios no Estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício); e, c) quatro municípios no Estado de Minas Gerais (Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí).

Dentre os principais objetivos da criação da RIDE, destacam-se aqueles relacionados à integração dos municípios próximos ao Distrito Federal, principalmente nos aspectos que possam oferecer oportunidades de melhoria das condições de moradia, de saneamento básico, de escolarização, de mobilidade urbana, entre outros, visto que tais municípios demonstram uma importante diversidade quanto à economia, à densidade demográfica e ao tamanho territorial. Assim, a RIDE torna possível que o impacto social de tais desigualdades seja reduzido dentro da área de abrangência da capital federal.

No Quadro 1 são apresentadas algumas informações demográficas dos municípios que compõem atualmente a RIDE, com destaque para a representatividade de Brasília – DF, principalmente no que tange à população estimada para o ano 2020 (3.055.149 habitantes), representando cerca de 65% dos quase 4,7 milhões de habitantes da Região e, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – 2010 = 0,824), destacando-se mais de 0,14 pontos acima da média geral da RIDE (Média=0,684; Desvio Padrão=0,045; Coeficiente de Variação=6,61%). Ainda, no mesmo quadro, verifica-se uma clara similaridade nos níveis percentuais de escolarização (Média=96,87%; Desvio Padrão=1,27%), como pode ser visto pelo reduzido valor do Coeficiente de Variação (1,31%). Por outro lado, quando se analisa o PIB per capita, os valores são consideravelmente diversos (Média=R$24.866,53; Desvio Padrão=R$18.168,25; Coeficiente de Variação=73,06%) daqueles apresentados por Brasília-DF (R$85.661,39) e pelo município de Barro Alto-GO (R$84.166,32), evidenciando uma importante diferença de perfil econômico da população de cada município que compõe a RIDE, em seus quase 95 mil km2. Neste mesmo contexto, ao se observar o montante que representa a mediana da distribuição dos valores desta variável (R$18.821,15), isso fica ainda mais evidente pois os valores de Brasília-DF e de Barro Alto-GO, são mais de quatro vezes maiores. Sem estes dois pontos extremos, a média geral da RIDE seria de R$21.113,58.

**Quadro 1.** Informações demográficas dos municípios da RIDE, segundo IBGE.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| UF | Município | Área territorial (km2)  (2019) | População estimada (2020) | Escolarização (6 a 14 anos)  (%) | IDHM  (2010) | PIB per capita (R$)  (2018) |
| DF | Brasília | 5760,783 | 3055149 | 97,5 | 0,824 | 85661,39 |
| GO | Abadiânia | 1045,127 | 20461 | 94,3 | 0,689 | 16132,95 |
| Água Fria de Goiás | 2029,416 | 5793 | 97,4 | 0,671 | 45025,66 |
| Águas Lindas de Goiás | 192,392 | 217698 | 96,6 | 0,686 | 9100,34 |
| Alexânia | 847,893 | 28010 | 97,0 | 0,682 | 29731,85 |
| Alto Paraíso de Goiás | 2593,904 | 7688 | 98,0 | 0,713 | 22173,34 |
| Alvorada do Norte | 1259,366 | 8705 | 98,0 | 0,660 | 14929,92 |
| Barro Alto | 1093,248 | 11408 | 99,0 | 0,742 | 84166,32 |
| Cabeceiras | 1126,912 | 8046 | 96,4 | 0,668 | 27593,6 |
| Cavalcante | 6953,666 | 9725 | 92,9 | 0,584 | 26121,71 |
| Cidade Ocidental | 390,959 | 72890 | 97,2 | 0,717 | 11394,02 |
| Cocalzinho de Goiás | 1789,039 | 20504 | 95,2 | 0,657 | 16327,17 |
| Corumbá de Goiás | 1061,955 | 11169 | 96,6 | 0,680 | 15791,45 |
| Cristalina | 6163,806 | 60210 | 95,6 | 0,699 | 40300,93 |
| Flores de Goiás | 3709,427 | 17005 | 96,6 | 0,597 | 8915,44 |
| Formosa | 5813,637 | 123684 | 96,6 | 0,744 | 19525,95 |
| Goianésia | 1547,274 | 71075 | 98,0 | 0,727 | 20108,61 |
| Luziânia | 3961,100 | 211508 | 97,0 | 0,701 | 17452,11 |
| Mimoso de Goiás | 1386,915 | 2583 | 99,6 | 0,665 | 21907,95 |
| Niquelândia | 9843,247 | 46730 | 97,8 | 0,715 | 24041,58 |
| Novo Gama | 194,586 | 117703 | 95,7 | 0,684 | 8403,19 |
| Padre Bernardo | 3142,396 | 34430 | 96,1 | 0,651 | 15252,08 |
| Pirenópolis | 2205,010 | 25064 | 97,8 | 0,693 | 18116,35 |
| Planaltina | 2550,524 | 90640 | 96,4 | 0,669 | 12177,22 |
| Santo Antônio do Descoberto | 945,650 | 75829 | 96,9 | 0,665 | 9129,07 |
| São João d'Aliança | 3327,379 | 14085 | 96,0 | 0,685 | 21887,06 |
| Simolândia | 347,976 | 6879 | 97,5 | 0,645 | 15144,94 |
| Valparaíso de Goiás | 60,950 | 172135 | 96,8 | 0,746 | 15538,72 |
| Vila Boa | 1060,172 | 6312 | 96,0 | 0,647 | 17160,33 |
| Vila Propício | 2181,583 | 5882 | 96,9 | 0,634 | 28444,32 |
| MG | Arinos | 5279,419 | 17862 | 96,6 | 0,656 | 12222,79 |
| Buritis | 5225,186 | 25013 | 97,8 | 0,672 | 32657,62 |
| Cabeceira Grande | 1031,409 | 6988 | 98,2 | 0,648 | 44075,37 |
| Unaí | 8448,082 | 84930 | 97,6 | 0,736 | 38850,78 |
|  | **Total** | **94570,388** | **4693793** | - | - | - |
|  | | **Média** | **96,87** | **0,684** | **24866,53** |
| **DP** | 1,27 | 0,045 | 18168,25 |
| **CV(%)** | 1,31% | 6,61% | 73,06% |
| **Mediana** | 96,90 | 0,681 | 18821,15 |

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

1. **VOLUME DE OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E RIDE**

**4.1. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À NATUREZA JURÍDICA E À ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES**

Quanto à oferta de Ensino Superior, o Relatório Técnico elaborado ROBL (2021), traça um panorama geral da oferta na RIDE, conforme quadros apresentados nos Anexos de 01 a 03, a partir das informações presentes nas edições do Censo da Educação Superior do INEP, de 2010 a 2019 e no Portal e-Mec, do Ministério da Educação, junto ao Cadastro de Instituições de Ensino Superior.

De maneira geral, a Educação Superior brasileira está fincada em atos regulatórios consolidados, entre eles destacam-se, cronologicamente:

1. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
3. Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
4. Portaria Normativa no 840, de 24 de agosto de 2018, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Portanto, é possível distinguir as Instituições de Educação Superior (IES) segundo sua organização acadêmica como universidades, centros universitários e faculdades e, ainda, quanto à sua natureza jurídica, em instituições públicas ou privadas, sendo estas últimas divididas segundo as características de suas entidades mantenedoras, ou seja, instituições públicas federais, estaduais ou municipais ou, instituições privadas, com ou sem finalidades lucrativas. Ainda, conforme disposto na Lei no 12.881, de 12 de novembro de 2013, dentre as IES privadas sem finalidade lucrativa, foram caracterizadas as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).

Segundo ROBL (2021), tais definições são utilizadas para caracterizar a oferta da Educação Superior na RIDE, apontando que as IES, quanto à sua organização acadêmica, poderiam também ser divididas em instituições universitárias (universidades) e não-universitárias (centros universitários, faculdades e institutos de tecnologia). Ainda, segundo a autora, a partir dos dados disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos Censos da Educação Superior (CenSup) de 2010 a 2019 (Anexo 1), tal oferta está caracterizada pela existência em 2019, de 72 instituições com sede no Distrito Federal, sendo cinco públicas e 67 privadas e, de outras 16 instituições privadas, segundo o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), nos outros municípios de abrangência, totalizando 88 IES com sede na RIDE. Este número é constituído, em sua maioria, por instituições não-universitárias privadas (Anexos 2 e 3) e por apenas duas universidades: a) Universidade de Brasília (pública federal); e, b) Universidade Católica de Brasília (privada sem fins lucrativos). Por fim, o número total de 88 IES, representa 3,37% das 2608 IES existentes em 2019, ano do último Censo da Educação Superior disponível. Destaca-se que o número de IES presentes no CenSup 2019 não é o mesmo que o atualmente observado no Cadastro e-MEC, devido ao fato das IES credenciadas em 2020 ainda não fazem parte do Censo da Educação Superior.

Quanto à distribuição das sedes das IES nas regiões do Distrito Federal, a partir das análises de ROBL (*op.cit.*), verifica-se que a maior concentração se encontra na Asa Sul (18), seguida de Taguatinga (13), da Asa Norte (9) e de Águas Claras (7) e de Guará (5). As demais IES estão distribuídas nas outras 14 regiões.

No que tange ao número de matrículas na Educação Superior, em nível de graduação (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia), o Distrito Federal apresentava, em 2019, segundo o CenSup, 224.454 matrículas, sendo 40.971 (18,25%) em IES públicas e 183.483 (81,75%) em IES privadas. No Quadro 2 são apresentados os números de matrículas em graduação, nas modalidades de cursos presenciais e a distância (EaD), no Distrito Federal e no Brasil, em 2019, segundo a organização acadêmica e a natureza jurídica das mantenedoras, onde pode ser observado que o Distrito Federal possuía apenas 2,61% de total de matrículas no Brasil. Quando se consideram apenas as matrículas em IES públicas, o percentual é ainda menor, chegando a 1,97% do total.

**Quadro 2**. Matrículas em Cursos de Graduação, nas modalidades Presencial e a Distância no Distrito Federal e no Brasil, em 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade da Federação / Categoria Administrativa | | Organização Acadêmica | | | | |
| **Total Geral** | Universidades | Centros Universitários | Faculdades | IF e CEFET |
| Distrito Federal | **Total** | **224.454** | **83.371** | **97.138** | **40.122** | **3.823** |
| Pública | 40.971 | 36.118 | - | 1.030 | 3.823 |
| Federal | 40.198 | 36.118 | - | 257 | 3.823 |
| Estadual | 773 | - | - | 773 | - |
| Municipal | - | - | - | - | - |
| Privada | 183.483 | 47.253 | 97.138 | 39.092 | - |
| Brasil | **Total** | **8.603.824** | **4.487.849** | **2.263.304** | **1.636.828** | **215.843** |
| Pública | 2.080.146 | 1.721.425 | 20.962 | 121.916 | 215.843 |
| Federal | 1.335.254 | 1.114.468 | 2.167 | 2.776 | 215.843 |
| Estadual | 656.585 | 571.714 | 1.179 | 83.692 | - |
| Municipal | 88.307 | 35.243 | 17.616 | 35.448 | - |
| Privada | 6.523.678 | 2.766.424 | 2.242.342 | 1.514.912 | - |
| Fonte: compilado de CenSup 2019 (MEC/INEP/DEED  IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica | | | | | | |

ROBL (2021), a partir da série histórica de 2010 a 2019 do CenSup (ANEXO 4), apontou que houve um aumento de cerca de 43% no número de matrículas nas IES do Distrito Federal (de 157.111 para 224.454), como pode ser visto no Quadro 3 e na Figura 1, que foram adaptados do referido trabalho, destacando-se o incremento percentual importante (173,06%) observado no aumento das matrículas nos Centros Universitários (de 35.574 para 97.138), com reflexo direto na redução do número de matrículas das Faculdades (-45,02%). Isto pode ser explicado pelo fato de algumas Faculdades terem sido credenciadas como Centros Universitários, por transformação, ao longo dos 10 anos do estudo.

**Quadro 3**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a organização acadêmica, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Organização Acadêmica | | | | Total |
| **Universidades** | **Centros Universitários** | **Faculdades** | **Institutos Federais** |
| 2010 | 48.479 | 35.574 | 72.970 | 88 | 157.111 |
| 2011 | 69.916 | 48.728 | 68.606 | 192 | 187.442 |
| 2012 | 47.674 | 52.926 | 63.525 | 516 | 164.641 |
| 2013 | 77.061 | 61.757 | 63.245 | 648 | 202.711 |
| 2014 | 84.483 | 71.579 | 61.519 | 966 | 218.547 |
| 2015 | 87.385 | 76.941 | 37.916 | 1329 | 203.571 |
| 2016 | 86.055 | 82.839 | 50.482 | 1836 | 221.212 |
| 2017 | 86.428 | 85.160 | 49.176 | 2463 | 223.227 |
| 2018 | 84.180 | 92.057 | 42.213 | 3085 | 221.535 |
| 2019 | 83.371 | 97.138 | 40.122 | 3823 | 224.454 |
| Variação | **34.892** | **61.564** | **-32.848** | **3.735** | **67.343** |
| % | 71,97% | 173,06% | -45,02% | 4244,32% | 42,86% |
| Adaptado de ROBL (2021). | | | | | |

Na Figura 1 pode ser verificado que a participação de cada organização acadêmica no número total de matrículas de graduação no Distrito Federal (224.454), variou ao longo do período de 2010-2019, com destaque para os Centros Universitários, que passaram de 22,64% para 43,28% e, para as Universidades, que passaram de 30,86% para 37,14%. Por outro lado, as Faculdades, como já visto, apresentaram redução expressiva, reduzindo sua participação percentual de 46,44% para 17,88%.

**Figura 1.** Variação percentual do número de matrículas em graduação no Distrito Federal, de 2010 a 2019, segundo a organização acadêmica (adaptado de ROBL, 2020).

Quando se discute a variação do número de matrículas em graduação (presencial e a distância) no Distrito Federal, de acordo com a natureza jurídica da IES, ou seja, se pública ou privada, observa-se que a participação das matrículas em instituições públicas em relação ao total, apresentou um pequeno aumento percentual, saindo de 15,75% para 18,25% (Quadro 4). Todavia, em termos do total de matrículas das IES públicas, o aumento foi de aproximadamente 65%, passando de 24.750 para 40.971.

**Quadro 4**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a natureza jurídica da IES, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Natureza Jurídica | | | | Total |
| **Pública** | | **Privada** | |
| 2010 | 24.750 | 15,75% | 132.361 | 84,25% | 157.111 |
| 2011 | 28.591 | 15,25% | 158.851 | 84,75% | 187.442 |
| 2012 | 23.003 | 13,97% | 141.638 | 86,03% | 164.641 |
| 2013 | 31.472 | 15,53% | 171.239 | 84,47% | 202.711 |
| 2014 | 33.267 | 15,22% | 185.280 | 84,78% | 218.547 |
| 2015 | 36.203 | 17,78% | 167.368 | 82,22% | 203.571 |
| 2016 | 37.187 | 16,81% | 184.025 | 83,19% | 221.212 |
| 2017 | 39.109 | 17,52% | 184.118 | 82,48% | 223.227 |
| 2018 | 39.948 | 18,03% | 181.587 | 81,97% | 221.535 |
| 2019 | 40.971 | 18,25% | 183.483 | 81,75% | 224.454 |
| Variação | **16.221** |  | **51.122** |  | **67.343** |
| % | 65,54% |  | 38,62% |  | 42,86% |

**4.2. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO SEXO DOS ALUNOS**

É possível avaliar também, a partir dos dados de ROBL (2021), a distribuição de matrículas de alunos dos sexos feminino e masculino ao longo da série de 2010 a 2019, segundo dados do CenSup. Nota-se no Quadro 5 que, embora tenha havido um incremento de 67.343 matrículas (42,86%) entre os anos 2010 e 2019, o percentual de matrículas do sexo feminino foi sempre maior (Média=55,86%; DP=1,80%; CV=3,22%) que o do sexo masculino (Média=44,14%; DP=1,80%; CV=4,07%). Estes resultados estão em consonância quando comparados com os dados totais para o Brasil, como pode ser visto no Quadro 6, médias nacionais de 55,51% e 44,49%, respectivamente, para os sexos feminino e masculino.

**Quadro 5**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Feminino | | Masculino | | Total |
| **Matrículas** | **%** | **Matrículas** | **%** |
| 2010 | 87424 | 55,64% | 69687 | 44,36% | **157111** |
| 2011 | 103930 | 55,45% | 83512 | 44,55% | **187442** |
| 2012 | 106936 | 55,96% | 84141 | 44,04% | **191077** |
| 2013 | 113416 | 55,64% | 90405 | 44,36% | **203821** |
| 2014 | 123198 | 56,37% | 95359 | 43,63% | **218557** |
| 2015 | 124360 | 56,26% | 96685 | 43,74% | **221045** |
| 2016 | 106949 | 52,27% | 97665 | 47,73% | **204614** |
| 2017 | 122355 | 55,28% | 98979 | 44,72% | **221334** |
| 2018 | 123480 | 59,74% | 83201 | 40,26% | **206681** |
| 2019 | 125661 | 55,99% | 98793 | 44,01% | **224454** |
| Variação | 38237 |  | 29106 |  | 67343 |
| % | **43,74%** |  | **41,77%** |  | **42,86%** |
| Média | | 55,86% |  | 44,14% |  |
| DP | | 1,80% | 1,80% |
| CV% | | 3,22% | 4,07% |

Adaptado de ROBL (2021)

**Quadro 6**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Brasil, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019 (Fonte: INEP/CenSup 2019).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Feminino | | Masculino | | Total |
| **Matrículas** | **%** | **Matrículas** | **%** |
| 2010 | 3.016.304 | 55,35% | 2.432.816 | 44,65% | 5.449.120 |
| 2011 | 3.174.106 | 55,23% | 2.572.656 | 44,77% | 5.746.762 |
| 2012 | 3.286.415 | 55,48% | 2.637.423 | 44,52% | 5.923.838 |
| 2013 | 3.416.238 | 55,53% | 2.736.167 | 44,47% | 6.152.405 |
| 2014 | 3.611.675 | 55,68% | 2.874.496 | 44,32% | 6.486.171 |
| 2015 | 3.687.371 | 55,59% | 2.946.174 | 44,41% | 6.633.545 |
| 2016 | 3.641.263 | 55,56% | 2.913.020 | 44,44% | 6.554.283 |
| 2017 | 3.618.763 | 55,42% | 2.910.918 | 44,58% | 6.529.681 |
| 2018 | 3.551.116 | 55,54% | 2.843.128 | 44,46% | 6.394.244 |
| 2019 | 3.430.115 | 55,74% | 2.723.445 | 44,26% | 6.153.560 |
| Variação | 413.811 |  | 290.629 |  | 704.440 |
| % | **13,72%** | **11,95%** | **12,93%** |
| Média | | **55,51%** |  | **44,49%** |  |
| DP | | 0,15% | 0,15% |
| CV% | | 0,27% | 0,34% |

Adaptado de ROBL (2021).

**4.3. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À COR E À RAÇA DOS ALUNOS**

No que tange à distribuição de matrículas no Ensino Superior, em nível de graduação no Distrito Federal, dos alunos que se autodenominaram segundo sua cor ou raça, o quadro abaixo apresenta os dados do CenSup da série de 2011 a 2019 (2010 não disponível), a partir de ROBL (2021), de acordo com a natureza administrativa da IES (pública ou privada).

**Quadro 7**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a natureza jurídica da IES, na série histórica do CenSup 2011-2019 (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígina; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). (Adaptado de ROBL (2021).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria Administrativa | Cor/ Raça | Ano | | | | | | | | |
| **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| Público | **B** | 119 | 1482 | 9764 | 14470 | 14998 | 14765 | 15294 | 14899 | 15117 |
| **P** | 3494 | 3193 | 2121 | 3480 | 3570 | 3851 | 4179 | 3860 | 3995 |
| **Pa** | 102 | 563 | 6707 | 10506 | 11426 | 12702 | 14425 | 15290 | 15923 |
| **A** | 5 | 36 | 553 | 955 | 910 | 815 | 741 | 655 | 641 |
| **In** | 49 | 49 | 80 | 219 | 190 | 166 | 136 | 151 | 189 |
| **SI** | 24395 | 24077 | 2525 | 633 | 431 | 54 | 24 | 14 | 12 |
| **ND** | 427 | 1330 | 10831 | 3014 | 4755 | 4830 | 4414 | 5079 | 5094 |
| **Total** | **28591** | **30730** | **32581** | **33277** | **36280** | **37183** | **39213** | **39948** | **40971** |
|  | | | | | | | | | | |
| Privado | **B** | 35716 | 40099 | 34101 | 40119 | 48610 | 51337 | 54423 | 57749 | 60505 |
| **P** | 4006 | 4701 | 5763 | 9131 | 10997 | 11308 | 11773 | 12519 | 13380 |
| **Pa** | 19560 | 23372 | 31427 | 49422 | 60357 | 63240 | 65313 | 68780 | 73649 |
| **A** | 1880 | 1976 | 2522 | 3378 | 3778 | 3665 | 4192 | 4066 | 4337 |
| **In** | 244 | 226 | 313 | 446 | 561 | 565 | 581 | 985 | 1033 |
| **SI** | 55822 | 55064 | 59746 | 7824 | 2741 | 1244 | 336 | 141 | 34 |
| **ND** | 41623 | 34909 | 37367 | 74960 | 57721 | 52666 | 47500 | 37547 | 30545 |
| **Total** | **158851** | **160347** | **171239** | **185280** | **184765** | **184025** | **184118** | **181787** | **183483** |
|  | | | | | | | | | | |
| Total | **B** | 35835 | 41581 | 43865 | 54589 | 63608 | 66102 | 69717 | 72648 | 75622 |
| **P** | 7500 | 7894 | 7884 | 12611 | 14567 | 15159 | 15952 | 16379 | 17375 |
| **Pa** | 19662 | 23935 | 38134 | 59928 | 71783 | 75942 | 79738 | 84070 | 89572 |
| **A** | 1885 | 2012 | 3075 | 4333 | 4688 | 4480 | 4933 | 4721 | 4978 |
| **In** | 293 | 275 | 393 | 665 | 751 | 731 | 717 | 1136 | 1222 |
| **SI** | 80217 | 79141 | 62271 | 8457 | 3172 | 1298 | 360 | 155 | 46 |
| **ND** | 42050 | 36239 | 48198 | 77974 | 62476 | 57496 | 51914 | 42626 | 35639 |
| **Total** | **187442** | **191077** | **203820** | **218557** | **221045** | **221208** | **223331** | **221735** | **224454** |

Assim, com base nos dados do quadro acima foi possível traçar as figuras a seguir apresentadas, que demonstram a variação percentual ao longo da série histórica, para cada uma das naturezas jurídicas, bem como, para o total de matrículas do Distrito Federal.

**Figura 2.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Públicas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

Da análise da figura 2 acima, pode-se perceber que a elevada ausência de informações, caracterizada como SI (Sem Informação) dos anos de 2011 e 2012 dificultaram a percepção das tendências de cada uma das distribuições de matrículas nas IES Públicas do DF. Todavia, a partir de 2013 e, mais ainda de 2014, pode-se notar que a incidência de matrículas de Pardos (Pa) passou a evoluir consideravelmente até ultrapassar, em 2019, o percentual dos autodeclarados Brancos (B), respectivamente de 38,86% e de 36,90%. Por sua vez, o percentual de matrículas de autodeclarados Pretos (P) manteve-se aproximadamente constante, com média de 10% ao longo do período. Por outro lado, quando se considera as IES Privadas (Figura 3), o percentual de matrículas de autodeclarados Pretos passou de 2,52% para 7,29%, aproximadamente 200% de aumento em nove anos. Quanto à incidência das matrículas das categorias Pardo (Pa) e Brancos (B), embora os anos de 2011 a 2013 também tenha ocorrido uma considerável ausência de informações (SI), a predominância dos autodeclarados Pardos é mais notória, com destaque aos valores já superiores apresentados desde 2014 em relação às demais categorias, atingindo, em 2019, a marca de 40,14% do total de matrículas dos indivíduos autodeclarados, contra 32,98% da categoria de Brancos (B).

**Figura 3.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Privadas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

Tanto na análise dos dados das IES Públicas, quanto das IES Privadas, a categoria dos autodeclarados Amarelos (A) e Indígenas (In) apresentaram percentuais consideravelmente baixos, sendo os da categoria (A) com médias de 1,61% (IES Públicas) e 1,85% (IES Privadas) e os da categoria (In), com percentuais médios de 0,38% (IES Públicas) e 0,31% (IES Privadas). Quando se analise o total de matrículas no DF, segundo a classificação de autodeclaração de cor ou de raça, independentemente da natureza jurídica das IES, ainda é possível verificar a predominância dos Pardos (Média=27,72%), em relação aos demais. Destaca-se, também, o representativo percentual de alunos que não se declaram pertencentes à qualquer uma das categorias da análise (SD), com média igual a 23,70%. A Figura 4 e o Quadro 8 a seguir demonstram estas distribuições.

**Quadro 8**. Percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, com destaque para a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (%),, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígina; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cor | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Média | DP | CV% |
| B | 19,12% | 21,76% | 21,52% | 24,98% | 28,78% | 29,88% | 31,22% | 32,76% | 33,69% | 27,08% | 5,37% | 19,84% |
| P | 4,00% | 4,13% | 3,87% | 5,77% | 6,59% | 6,85% | 7,14% | 7,39% | 7,74% | 5,94% | 1,56% | 26,20% |
| Pa | 10,49% | 12,53% | 18,71% | 27,42% | 32,47% | 34,33% | 35,70% | 37,91% | 39,91% | 27,72% | 11,13% | 40,16% |
| A | 1,01% | 1,05% | 1,51% | 1,98% | 2,12% | 2,03% | 2,21% | 2,13% | 2,22% | 1,81% | 0,49% | 27,06% |
| In | 0,16% | 0,14% | 0,19% | 0,30% | 0,34% | 0,33% | 0,32% | 0,51% | 0,54% | 0,32% | 0,14% | 45,00% |
| SI | 42,80% | 41,42% | 30,55% | 3,87% | 1,44% | 0,59% | 0,16% | 0,07% | 0,02% | 13,43% | 18,95% | 141,07% |
| ND | 22,43% | 18,97% | 23,65% | 35,68% | 28,26% | 25,99% | 23,25% | 19,22% | 15,88% | 23,70% | 5,86% | 24,73% |

Modificado a partir de ROBL (2021)

**Figura 4.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

**4.4. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO PERFIL DE RENDA DOS ALUNOS**

Considerando-se que o dados referentes ao perfil de renda dos alunos pode ser verificado a partir dos dados extraídos dos resultados do ENADE, visto que são incluídos pelos próprio inscritos por se tratar de informação pessoal, para o estudo desta variável, foram considerados os cursos de interesse para o presente projeto, ou seja, os cursos das áreas de engenharia, tecnologia e de inovação, ofertados pelas principais IES do DF (duas Universidades e seis Centros Universitários), todas com autonomia universitária para criação ou remanejamento de cursos e vagas, para que os dados tivessem significado analítico. Algumas dificuldades são pertinentes à obtenção destes resultados posto que o ENADE não é realizado anualmente para as mesmas áreas, mas em ciclos definidos e premissas definidos pelo INEP. Ainda, a disponibilização dos resultados do ENADE, requer que algumas premissas sejam atendidas, sendo a principal delas que um determinado número mínimo de formandos realizem o exame. Assim, podem existir algumas ausências de dados em determinados ciclos, seja pela inexistência de formandos naquele ano (cursos novos) ou por não atingirem o número mínimo exigido para a publicização dos resultados. No que tange aos cursos das áreas em referência, foram utilizadas as edições de 2017 e de 2019, das IES universitárias apresentadas no quadro abaixo, a partir dos resultados encontrados por ROBL (2021).

**Quadro 9**. Instituições de Educação Superior (IES) com autonomia universitária utilizadas para o estudo da estimativa de perfil de renda dos alunos, com participação nas edições do ENADE de 2017 e/ou de 2019, dos cursos das áreas de engenharia, tecnologia e inovação, de acordo com sua natureza jurídica.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| No | Instituição Universitária | Natureza |
| 1 | Universidade de Brasília – UnB | Pública |
| 2 | Universidade Católica de Brasília – UCB | Privada |
| 3 | Centro Universitário de Brasília – UNICEUB | Privada |
| 4 | Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB | Privada |
| 5 | Centro Universitário do Distrito Federal – UDF | Privada |
| 6 | Centro Universitário Estácio de Brasília | Privada |
| 7 | Centro Universitário Euro-Americano – UNIEURO | Privada |
| 8 | Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN | Privada |

A partir de ROBL (2021).

A partir da análise dos cursos de interesse para o presente projeto, das duas Universidades e dos seis Centros Universitários, que realizaram os ENADES de 2017 e/ou 2019, tem-se um total de 29 cursos de bacharelado em engenharia, 10 cursos de bacharelado em outras áreas e 12 cursos superiores de tecnologia, totalizando 51 cursos no total, sendo 16 deles oferecidos na Universidade de Brasília (IES pública) e 35 nas instituições privadas, como pode ser visto no Quadro 9.

.

**Quadro 10**. Cursos de graduação das áreas de engenharia, tecnologia e informação, das Universidades e Centros Universitários do DF, que apresentaram resultados de ENADE, nos anos de 2017 e/ou 2019, para a análise do perfil de renda dos alunos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Tipo | Curso | Natureza Jurídica | | Total |
| **Pública** | **Privada** |
| Bacharelado em Engenharia | Engenharia Ambiental | 1 | 1 | 2 |
| Engenharia Civil | 1 | 9 | 10 |
| Engenharia de Automação e Controle | 1 | 0 | 1 |
| Engenharia de Computação | 1 | 2 | 3 |
| Engenharia de Produção | 1 | 1 | 2 |
| Engenharia Elétrica | 3 | 2 | 5 |
| Engenharia Florestal | 1 | 0 | 1 |
| Engenharia Mecânica | 3 | 1 | 4 |
| Engenharia Química | 1 | 0 | 1 |
| **Total** | **13** | **16** | **29** |
| Bacharelado em Outras Áreas | Ciência da Computação | 1 | 3 | 4 |
| Física | 1 | 0 | 1 |
| Matemática | 1 | 0 | 1 |
| Sistemas de Informação | 0 | 4 | 4 |
| **Total** | **3** | **7** | **10** |
| Superior de Tecnologia | Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 0 | 8 | 8 |
| Gestão da Tecnologia de Informação | 0 | 1 | 1 |
| Redes de Computadores | 0 | 3 | 3 |
| **Total** | **0** | **12** | **12** |
|  | **TOTAL GERAL** | **16** | **35** | **51** |

Adaptado de ROBL (2021).

Ainda da análise do quadro acima, pode-se perceber que os programas de Engenharia Civil (10 cursos) e de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (oito cursos), são os de maior oferta dentre as IES avaliadas. Os quadros a seguir apresentam a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (CV%) calculados a partir dos percentuais de alunos que se declararam pertencentes a famílias, incluídas em uma de sete diferentes faixas de renda, em salários mínimos (SM), a saber: a) até 1,5 SM; b) de 1,5 a 3 SM; c) de 3 a 4,5 SM; d) de 4,5 a 6 SM; e) de 6 a 10 SM; f) de 10 a 30 SM; e, g) acima de 30 SM.

**Quadro 11**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos da Área de Engenharia das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | | | ENGENHARIA AMBIENTAL | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 4,70 | 2,83 | 60,18% | 3,25 | 2,19 | 67,45% | 3,98 | 2,23 | 56,08% |
| De 1,5 a 3 | | | 15,35 | 16,05 | 104,57% | 8,85 | 7,71 | 87,09% | 12,10 | 10,94 | 90,44% |
| De 3 a 4,5 | | | 11,30 | 2,83 | 25,03% | 16,20 | 10,75 | 66,35% | 13,75 | 7,01 | 51,00% |
| De 4,5 a 6 | | | 19,35 | 10,39 | 53,72% | 13,80 | 7,35 | 53,29% | 16,58 | 8,02 | 48,38% |
| De 6 a 10 | | | 14,00 | 0,99 | 7,07% | 23,10 | 0,99 | 4,29% | 18,55 | 5,32 | 28,66% |
| De 10 a 30 | | | 24,70 | 25,46 | 103,06% | 29,75 | 28,64 | 96,26% | 27,23 | 22,31 | 81,96% |
| Acima 30 | | | 10,70 | 5,66 | 52,87% | 5,00 | 0,28 | 5,66% | 7,85 | 4,64 | 59,10% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA CIVIL** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 11,15 | 7,08 | 63,52% | 11,69 | 6,34 | 54,26% | 11,39 | 6,57 | 57,70% |
| De 1,5 a 3 | | | 25,47 | 12,09 | 47,47% | 20,56 | 11,69 | 56,86% | 23,29 | 11,83 | 50,80% |
| De 3 a 4,5 | | | 21,03 | 11,07 | 52,65% | 18,80 | 7,52 | 40,02% | 20,04 | 9,46 | 47,21% |
| De 4,5 a 6 | | | 9,21 | 4,28 | 46,48% | 11,53 | 4,93 | 42,79% | 10,24 | 4,60 | 44,88% |
| De 6 a 10 | | | 15,23 | 5,24 | 34,43% | 14,36 | 5,54 | 38,57% | 14,84 | 5,23 | 35,26% |
| De 10 a 30 | | | 14,12 | 15,26 | 108,06% | 17,64 | 15,46 | 87,68% | 15,68 | 15,00 | 95,63% |
| Acima 30 | | | 3,77 | 5,65 | 149,95% | 5,41 | 7,07 | 130,71% | 4,50 | 6,18 | 137,41% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 6,1 |  |  | 4,5 |  |  | 5,30 | 1,13 | 21,35% |
| De 1,5 a 3 | | | 7,6 |  |  | 4,5 |  |  | 6,05 | 2,19 | 36,23% |
| De 3 a 4,5 | | | 10,6 |  |  | 4,5 |  |  | 7,55 | 4,31 | 57,13% |
| De 4,5 a 6 | | | 9,1 |  |  | 9,1 |  |  | 9,10 | 0,00 | 0,00% |
| De 6 a 10 | | | 22,7 |  |  | 15,9 |  |  | 19,30 | 4,81 | 24,91% |
| De 10 a 30 | | | 36,4 |  |  | 54,5 |  |  | 45,45 | 12,80 | 28,16% |
| Acima 30 | | | 7,6 |  |  | 6,8 |  |  | 7,20 | 0,57 | 7,86% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 2,87 | 3,45 | 120,45% | 1,43 | 2,69 | 187,66% |
| De 1,5 a 3 | | | 1,60 | 2,77 | 173,21% | 9,20 | 4,88 | 53,06% | 5,40 | 5,47 | 101,32% |
| De 3 a 4,5 | | | 14,27 | 17,15 | 120,24% | 5,70 | 6,85 | 120,19% | 9,98 | 12,59 | 126,10% |
| De 4,5 a 6 | | | 14,43 | 20,98 | 145,36% | 9,77 | 6,56 | 67,18% | 12,10 | 14,14 | 116,82% |
| De 6 a 10 | | | 18,20 | 10,94 | 60,12% | 24,27 | 6,38 | 26,29% | 21,23 | 8,67 | 40,84% |
| De 10 a 30 | | | 45,80 | 19,72 | 43,06% | 36,37 | 6,84 | 18,80% | 41,08 | 14,18 | 34,50% |
| Acima 30 | | | 5,73 | 5,05 | 88,01% | 11,83 | 8,04 | 67,95% | 8,78 | 6,87 | 78,23% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | | | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 2 |  |  | 7,05 | 6,29 | 89,27% | 5,37 | 5,32 | 99,13% |
| De 1,5 a 3 | | | 2,9 |  |  | 8,35 | 9,97 | 119,40% | 6,53 | 7,72 | 118,17% |
| De 3 a 4,5 | | | 4,9 |  |  | 19,9 | 20,79 | 104,47% | 14,90 | 17,06 | 114,51% |
| De 4,5 a 6 | | | 6,9 |  |  | 8,35 | 4,45 | 53,35% | 7,87 | 3,26 | 41,43% |
| De 6 a 10 | | | 19,6 |  |  | 15,5 | 5,66 | 36,50% | 16,87 | 4,65 | 27,56% |
| De 10 a 30 | | | 47,1 |  |  | 31,1 | 22,20 | 71,39% | 36,43 | 18,22 | 50,00% |
| Acima 30 | | | 16,7 |  |  | 9,75 | 13,79 | 141,42% | 12,07 | 10,54 | 87,38% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA ELÉTRICA** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | 2019 | | | 2017 | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 5,52 | 4,31 | 78,12% | 6,06 | 5,61 | 92,56% | 5,79 | 4,73 | 81,61% |
| De 1,5 a 3 | | | 12,18 | 4,87 | 39,95% | 10,28 | 8,30 | 80,78% | 11,23 | 6,49 | 57,83% |
| De 3 a 4,5 | | | 18,5 | 9,72 | 52,52% | 13,14 | 6,60 | 50,20% | 15,82 | 8,32 | 52,61% |
| De 4,5 a 6 | | | 10,82 | 7,54 | 69,72% | 14,88 | 7,36 | 49,49% | 12,85 | 7,35 | 57,18% |
| De 6 a 10 | | | 20,44 | 4,24 | 20,74% | 28,2 | 6,69 | 23,74% | 24,32 | 6,68 | 27,47% |
| De 10 a 30 | | | 27,8 | 14,95 | 53,79% | 21,7 | 12,56 | 57,86% | 24,75 | 13,41 | 54,18% |
| Acima 30 | | | 4,76 | 4,74 | 99,53% | 5,78 | 7,12 | 123,24% | 5,27 | 5,73 | 108,70% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA FLORESTAL** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 10,7 |  |  | 11,4 |  |  | 11,05 | 0,49 | 4,48% |
| De 1,5 a 3 | | | 14,3 |  |  | 10 |  |  | 12,15 | 3,04 | 25,03% |
| De 3 a 4,5 | | | 15,5 |  |  | 21,4 |  |  | 18,45 | 4,17 | 22,61% |
| De 4,5 a 6 | | | 10,7 |  |  | 18,6 |  |  | 14,65 | 5,59 | 38,13% |
| De 6 a 10 | | | 21,4 |  |  | 18,6 |  |  | 20,00 | 1,98 | 9,90% |
| De 10 a 30 | | | 25 |  |  | 15,7 |  |  | 20,35 | 6,58 | 32,31% |
| Acima 30 | | | 2,4 |  |  | 4,3 |  |  | 3,35 | 1,34 | 40,10% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA MECÂNICA** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 7,53 | 5,30 | 70,37% | 7,85 | 10,60 | 135,03% | 7,69 | 7,76 | 100,93% |
| De 1,5 a 3 | | | 17,35 | 6,86 | 39,55% | 8,65 | 5,69 | 65,73% | 13,00 | 7,46 | 57,39% |
| De 3 a 4,5 | | | 15,70 | 4,19 | 26,71% | 12,975 | 6,38 | 49,18% | 14,34 | 5,21 | 36,31% |
| De 4,5 a 6 | | | 12,30 | 4,37 | 35,52% | 10,225 | 2,24 | 21,92% | 11,26 | 3,40 | 30,19% |
| De 6 a 10 | | | 14,00 | 1,53 | 10,93% | 22,65 | 6,67 | 29,44% | 18,33 | 6,44 | 35,13% |
| De 10 a 30 | | | 26,03 | 11,80 | 45,33% | 29,6 | 8,20 | 27,70% | 27,81 | 9,60 | 34,51% |
| Acima 30 | | | 7,13 | 7,86 | 110,25% | 8,05 | 6,38 | 79,20% | 7,59 | 6,64 | 87,53% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA QUÍMICA** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 4,40 |  |  | 4,50 |  |  | 4,45 | 0,07 | 1,59% |
| De 1,5 a 3 | | | 13,20 |  |  | 9,00 |  |  | 11,10 | 2,97 | 26,76% |
| De 3 a 4,5 | | | 7,40 |  |  | 13,40 |  |  | 10,40 | 4,24 | 40,79% |
| De 4,5 a 6 | | | 13,20 |  |  | 10,40 |  |  | 11,80 | 1,98 | 16,78% |
| De 6 a 10 | | | 17,60 |  |  | 22,40 |  |  | 20,00 | 3,39 | 16,97% |
| De 10 a 30 | | | 35,30 |  |  | 34,30 |  |  | 34,80 | 0,71 | 2,03% |
| Acima 30 | | | 8,80 |  |  | 6,00 |  |  | 7,40 | 1,98 | 26,76% |

Adaptado de ROBL (2021).

Como pode ser visto no quadro acima, as distribuições percentuais dentro das faixas de renda familiar apresentam uma grande dispersão o que reduz as possibilidades de análise. Todavia, quando a distribuição é avaliada no conjunto dos cursos da área de Engenharia (Quadro 12), é possível verificar que a maior parte dos alunos se encontram nas faixas superiores de renda, com destaque às faixas a partir de 6 salários mínimos (56,78%).

**Quadro 12**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos da Área de Engenharia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Área de Engenharia | Perfil de Renda – Salários Mínimos | | | | | | |
| Curso | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Engenharia Ambiental | 3,98 | 12,10 | 13,75 | 16,58 | 18,55 | 27,23 | 7,85 |
| Engenharia Civil | 11,39 | 23,29 | 20,04 | 10,24 | 14,84 | 15,68 | 4,50 |
| Engenharia de Automação e Controle | 5,30 | 6,05 | 7,55 | 9,10 | 19,30 | 45,45 | 7,20 |
| Engenharia de Computação | 1,43 | 5,40 | 9,98 | 12,10 | 21,23 | 41,08 | 8,78 |
| Engenharia de Produção | 5,37 | 6,53 | 14,90 | 7,87 | 16,87 | 36,43 | 12,07 |
| Engenharia Elétrica | 5,79 | 11,23 | 15,82 | 12,85 | 24,32 | 24,75 | 5,27 |
| Engenharia Florestal | 11,05 | 12,15 | 18,45 | 14,65 | 20,00 | 20,35 | 3,35 |
| Engenharia Mecânica | 7,69 | 13,00 | 14,34 | 11,26 | 18,33 | 27,81 | 7,59 |
| Engenharia Química | 4,45 | 11,10 | 10,40 | 11,80 | 20,00 | 34,80 | 7,40 |
| Média | **6,27** | **11,21** | **13,91** | **11,83** | **19,27** | **30,40** | **7,11** |
| Desvio Padrão | **3,26** | **5,40** | **4,05** | **2,68** | **2,67** | **9,76** | **2,56** |
| Ceficiente de Variação (%) | **51,98** | **48,17** | **29,10** | **22,69** | **13,88** | **32,12** | **36,04** |

De forma similar à área de Engenharia, para a análise dos cursos de bacharelado vinculados à área de interesse (Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação) e ofertados na IES estudadas (Quadro 13), além de uma grande dispersão observada nas frequências relativas de cada faixa de renda familiar, soma-se a ausência de resultados do ENADE do ano de 2019 ou a oferta em apenas uma IES (UnB), o que reduz sensivelmente a análise. Todavia, é possível pela média geral da área (Quadro 14), chegar a resultados semelhantes aos do Quadro 12 (área de Engenharia), também para estes cursos de bacharelado, com a maior incidência de distribuição nas faixas de renda superiores a 6 salários mínimos (57,49%).

**Quadro 13**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CURSO | | | CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 5,78 | 5,50 | 95,21% | 5,78 | 5,50 | 95,21% |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 15,35 | 5,60 | 36,49% | 15,35 | 5,60 | 36,49% |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 10,53 | 5,58 | 53,00% | 10,53 | 5,58 | 53,00% |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 8,70 | 5,98 | 68,72% | 8,70 | 5,98 | 68,72% |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 26,53 | 14,02 | 52,84% | 26,53 | 14,02 | 52,84% |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 26,18 | 18,37 | 70,18% | 26,18 | 18,37 | 70,18% |
| Acima 30 | | |  |  |  | 6,95 | 5,24 | 75,43% | 6,95 | 5,24 | 75,43% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **FÍSICA (BACHARELADO)** | | | | | | | | |
| ANO ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 10,7 |  |  | 10,7 |  |  |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 10,7 |  |  | 10,7 |  |  |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 7,1 |  |  | 7,1 |  |  |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 7,1 |  |  | 7,1 |  |  |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 17,9 |  |  | 17,9 |  |  |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 35,7 |  |  | 35,7 |  |  |
| Acima 30 | | |  |  |  | 10,7 |  |  | 10,7 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **MATEMÁTICA (BACHARELADO)** | | | | | | | | |
| ANO ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 0 |  |  | 0,00 |  |  |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 7,1 |  |  | 7,10 |  |  |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 7,1 |  |  | 7,10 |  |  |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 7,1 |  |  | 7,10 |  |  |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 21,4 |  |  | 21,40 |  |  |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 28,6 |  |  | 28,60 |  |  |
| Acima 30 | | |  |  |  | 28,6 |  |  | 28,60 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** | | | | | | | | |
| ANO ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 16,125 | 7,08 | 43,91% | 16,13 | 7,08 | 43,91% |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 20,125 | 17,26 | 85,78% | 20,13 | 17,26 | 85,78% |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 32,575 | 15,03 | 46,14% | 32,58 | 15,03 | 46,14% |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 3,75 | 4,60 | 122,66% | 3,75 | 4,60 | 122,66% |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 13,975 | 5,42 | 38,76% | 13,98 | 5,42 | 38,76% |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 13,45 | 10,69 | 79,50% | 13,45 | 10,69 | 79,50% |
| Acima 30 | | |  |  |  | 0 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% |

Adaptado de ROBL (2021).

**Quadro 14**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda | | | | | | |
| Curso de Bacharelado em | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Ciência da Computação | 5,78 | 15,35 | 10,53 | 8,70 | 26,53 | 26,18 | 6,95 |
| Física | 10,7 | 10,7 | 7,1 | 7,1 | 17,9 | 35,7 | 10,7 |
| Matemática | 0,00 | 7,10 | 7,10 | 7,10 | 21,40 | 28,60 | 28,60 |
| Sistemas de Informação | 16,13 | 20,13 | 32,58 | 3,75 | 13,98 | 13,45 | 0,00 |
| Média | **8,15** | **13,32** | **14,33** | **6,66** | **19,95** | **25,98** | **11,56** |
| Desvio Padrão | **6,88** | **5,66** | **12,27** | **2,08** | **5,33** | **9,28** | **12,19** |
| Ceficiente de Variação (%) | **84,47** | **42,47** | **85,68** | **31,26** | **26,72** | **35,72** | **105,45** |

O Quadro 15 apresenta os resultados quando à distribuição, nas faixas de renda dos alunos dos cursos de Tecnologia avaliados nas Instituições estudadas. Da maneira geral, a ausência de resultados do ENADE do ano de 2019, também reduz a possibilidade de análise mais detalhada. Mesmo assim, quando se compõem as médias gerais de cada faixa de renda familiar (Quadro 16), pode-se notar uma inversão dos resultados em relação às áreas de Engenharia e dos Bacharelados, com a maior parte das frequências de distribuição incluídas **nas menores faixas de renda**, ou seja, abaixo de 6 salários mínimos (66,51%).

**Quadro 15**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÁREA | | | TECNOLOGIA | | | | | | | | |
| Curso | | | **ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 10,95 | 7,02 | 64,07% | 10,95 | 7,02 | 64,07% |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 21,26 | 9,63 | 45,27% | 21,26 | 9,63 | 45,27% |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 25,26 | 11,48 | 45,45% | 25,26 | 11,48 | 45,45% |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 7,86 | 7,27 | 92,49% | 7,86 | 7,27 | 92,49% |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 14,46 | 11,53 | 79,73% | 14,46 | 11,53 | 79,73% |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 17,95 | 15,41 | 85,85% | 17,95 | 15,41 | 85,85% |
| Acima 30 | | |  |  |  | 2,26 | 3,48 | 153,82% | 2,26 | 3,48 | 153,82% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 0,00 |  |  | 0,00 |  |  |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 18,20 |  |  | 18,20 |  |  |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 18,20 |  |  | 18,20 |  |  |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 18,20 |  |  | 18,20 |  |  |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 36,40 |  |  | 36,40 |  |  |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 9,10 |  |  | 9,10 |  |  |
| Acima 30 | | |  |  |  | 0,00 |  |  | 0,00 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **REDES DE COMPUTADORES** | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | |  |  |  | 21,80 | 9,96 | 45,69% | 21,80 | 9,96 | 45,69% |
| De 1,5 a 3 | | |  |  |  | 24,30 | 10,11 | 41,62% | 24,30 | 10,11 | 41,62% |
| De 3 a 4,5 | | |  |  |  | 15,10 | 13,08 | 86,65% | 15,10 | 13,08 | 86,65% |
| De 4,5 a 6 | | |  |  |  | 18,40 | 3,47 | 18,86% | 18,40 | 3,47 | 18,86% |
| De 6 a 10 | | |  |  |  | 18,40 | 3,47 | 18,86% | 18,40 | 3,47 | 18,86% |
| De 10 a 30 | | |  |  |  | 1,97 | 3,41 | 173,21% | 1,97 | 3,41 | 173,21% |
| Acima 30 | | |  |  |  | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% |

Adaptado de ROBL (2021).

**Quadro 16**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda | | | | | | |
| Curso de Tecnologia em | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 10,95 | 21,26 | 25,26 | 7,86 | 14,46 | 17,95 | 2,26 |
| Gestão da Tecnologia de Informação | 0,00 | 18,20 | 18,20 | 18,20 | 36,40 | 9,10 | 0,00 |
| Rede de Computadores | 21,80 | 24,30 | 15,10 | 18,40 | 18,40 | 1,97 | 0,00 |
| Média | **10,92** | **21,25** | **19,52** | **14,82** | **23,09** | **9,67** | **0,75** |
| Desvio Padrão | **10,90** | **3,05** | **5,21** | **6,03** | **11,70** | **8,01** | **1,31** |
| Ceficiente de Variação (%) | **99,85** | **14,35** | **26,68** | **40,67** | **50,66** | **82,78** | **173,21** |

O Quadro 17 e a Figura 5 resumem os principais achados quanto à média geral da distribuição dos alunos que realizaram as edições do ENADE dos anos de 2017 e 2019, para os cursos das áreas de interesse, nas sete categorias de renda familiar, ou seja, para os cursos de Engenharia e os Bacharelados, uma preponderância de alunos em faixas superiores a 6 salários mínimos e, para os alunos dos cursos de Tecnologia, esta tendência se inverte, apontando para os maiores valores nas classes de menor renda.

**Quadro 17**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação; DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda | | | | | | |
| Área | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Engenharias | 6,27 | 11,21 | 13,91 | 11,83 | 19,27 | 30,40 | 7,11 |
| Bacharelados\* | 8,15 | 13,32 | 14,33 | 6,66 | 19,95 | 25,98 | 11,56 |
| Tecnológicos | 10,92 | 21,25 | 19,52 | 14,82 | 23,09 | 9,67 | 0,75 |
| Média | 8,45 | 15,26 | 15,92 | 11,10 | 20,77 | 22,02 | 6,48 |
| Desvio Padrão | 2,34 | 5,30 | 3,13 | 4,13 | 2,04 | 10,92 | 5,43 |
| Ceficiente de Variação (%) | 27,67 | 34,72 | 19,63 | 37,17 | 9,80 | 49,58 | 83,88 |

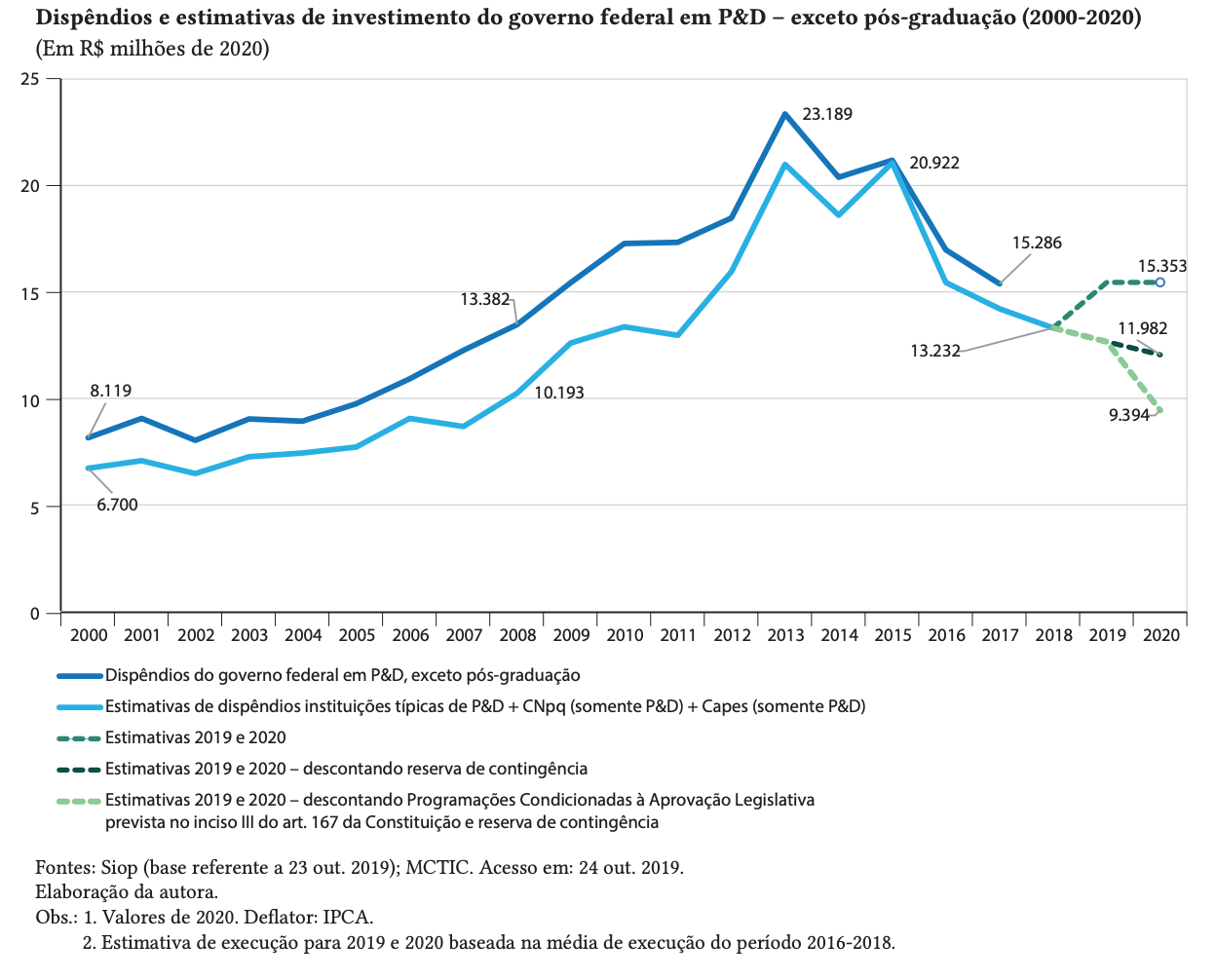
**Figura 5.** Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação).

**4.5. QUANTO AOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* (MESTRADO E DOUTORADO) NO DISTRITO FEDERAL**

O desenvolvimento da sociedade moderna certamente está vinculado aos avanços junto à ciência, à tecnologia e à inovação, estrategicamente capazes de gerar valor, melhorar a qualidade de vida e a forma com que uma nação responde às demandas sociais por saúde, educação, moradia, alimentação, segurança, entre outros. É de conhecimento geral que a maior parte do desenvolvimento científico global, aqui abrangendo tecnologia e inovação, se dá a partir de investimentos da iniciativa privada, principalmente segundo seus interesses econômicos, como por exemplo, a detenção de direitos sobre patentes. Por outro lado, quando se considera o desenvolvimento científico brasileiro, é notória a participação dos investimentos públicos, principalmente destinados às Universidades e aos Institutos de Pesquisa, também de natureza pública. Via de regra tais investimentos são feitos por agências governamentais federais como FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), além de fundações de amparo à pesquisa das unidades da federação, como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para os repasses de recursos de impostos públicos, visando a manutenção de bolsas e pesquisadores, além da aquisição ou manutenção de infraestrutura laboratorial.

Tais investimentos, como parcela do PIB Nacional, têm diminuído como poderá ser visto a seguir, o que pode gerar um ciclo vicioso no qual a redução nos níveis de investimento em pesquisa e inovação apontem para uma condição de dependência cada vez maior de tecnologias desenvolvidas em outros países, tornando o acesso a elas cada vez mais dispendioso. Quanto aos recursos orçamentários da união ou das unidades federativas diretamente aplicados nas universidades públicas, de forma preponderante, destina-se a custeio dos custos com salários e benefícios dos pesquisadores, em sua maioria, docentes universitários.

Segundo KOELER (2020), entende-se que dentre os indicadores mais tradicionais para se avaliar o posicionamento de uma nação quanto aos níveis de pesquisa e de desenvolvimento (P&D), é a relação do aporte anual percentual, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e, considera que no Brasil o principal indicador desta relação é o dispêndio federal feito aos orçamentos da CAPES e do CNPq, posto que 90% do orçamento federal para P&D esteve vinculado a estes dois órgãos de 2000 a 2020, excetuando-se a pós-graduação. Ainda, segundo a mesma autora, a tendência de redução nos últimos anos deveu-se a uma mudança significativa nas regras de aprovação e vinculação das verbas nas leis orçamentárias mais recentes. A Figura 6 a seguir, extraída de Koeler (*op.cit.*), ilustra tal cenário.



**Figura 6.** Dispêndios e estimativas de investimento do governo federal em P&D – exceto pós-graduação (2000-2020) (Em R$ milhores de 2020), segundo KOELER (2020)

Qualquer transformação econômica de médio ou longo prazo e, da mesma forma, evolução uma nação para uma situação de maior sustentabilidade e inclusão só se torna possível se os investimentos da sociedade forem feitos na direção da produção de bens e serviços que gerem crescimento econômico, por meio da capacitação de pessoas e do fortalecimento das instituições de ensino e de pesquisa. Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, em seu Relatório sobre competitividade global de 2020 (WORD ECONOMIC FORUM, 2020), o Brasil ocupa posições de pouco destaque, dentre as 37 nações mais desenvolvidas do mundo, em temas diretamente relacionados ao desenvolvimento e que devem impactar em como a economia brasileira reagirá às demandas futuras (ANEXO 5).

Por exemplo, quanto à atualização dos currículos educacionais e na expansão do grau de investimento em educação profissional visando as habilidades necessárias para os empregos nos novos mercados que surgirão no futuro, o Brasil ocupa apenas a 36a posição, estado atrás da Argentina, do Chile e do México, na América Latina. Da mesma forma, junto com a Argentina, está abaixo da 30a posição no que tange à expansão da rede de cuidados aos idosos e às crianças e da infraestrutura de saúde para benefício das pessoas e da economia e, também junto à Argentina e ao México, encontra-se abaixo da 30a posição quanto ao grau de facilitar a criação de "mercados do amanhã", especialmente em áreas que requerem colaboração público-privada. Entretanto, o Brasil começa a se destacar na América Latina nos aspectos quanto aos incentivos visando a expansão dos investimentos em pesquisa e inovação que podem criar novos "mercados do amanhã" e aos incentivos às empresas a adotar políticas afirmativas para melhorar a diversidade, a equidade e a inclusão para aumento da criatividade, ambos na 26a posição mundial. Mais destaque, embora ainda em posição distante dos países mais desenvolvidos mas em destaque no continente americano, o Brasil ocupa a 23a e a 20a posição, respectivamente no que diz respeito ao aumento dos incentivos para direcionar recursos financeiros para investimentos de longo prazo, fortalecendo a estabilidade e expandindo a inclusão e, quanto aos níveis de atualização da infraestrutura para acelerar a transição energética, ampliando o acesso à eletricidade e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente à Internet.

Em outra relação de competitividade digital, elaborada em 2020 pelo Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento (IMD, 2020), apesar do Brasil ter avançado seis posições desde 2019, ainda figura na 51a posição entre os 63 países do estudo, atrás de países como o Cazaquistão (36a), Chile (41a) e Turquia (44a) (ANEXO 6).

Além do importante papel de formação profissional das próximas gerações, as Universidades Públicas brasileiras, quer mantidas pelo governo federal, quer pelos governos estaduais ou do distrito federal, reúnem uma parcela considerável do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, principalmente vinculado aos seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de seus grupos de pesquisa. Segundo a CAPES, existem atualmente no Brasil, 4642 programas de pós-graduação *stricto sensu* autorizados ou recomendados nas mais diversas áreas do conhecimento, que totalizam 7062(1) cursos de pós-graduação, sendo 4561 mestrados (acadêmicos: 3694; profissionais: 867) e 2501 doutorados (acadêmicos: 2443; profissionais: 58), como pode ser visto no quadro a seguir.

**Quadro 18.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | |
| Total | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| 4642 | 1328 | 77 | 813 | 4 | 2366 | 54 | **7062\*** | 3694 | 2443 | 867 | 58 |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização da Plataforma Sucupira mostra diferença de 2 cursos (+1 DO e +1MP)

Quando se avalia a distribuição do total de mais de sete mil cursos entre as diferentes regiões brasileiras, percebe-se que a Região Centro-Oeste possui apenas 8,15% deles, com 390 cursos de mestrado e 186 cursos de doutorado, estando à frente apenas da Região Norte, que aparece apenas à frente da Região Norte, com 5,46%, como pode ser verificado no quadro abaixo:

**Quadro 19**. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, por Região Geográfica.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Região | Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | |
| **Total** | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| Centro-Oeste | **399** | 148 | 8 | 65 | 1 | 175 | 2 | **576** | 323 | 183 | 67 | 3 |
| Nordeste | **963** | 387 | 17 | 161 | 1 | 387 | 10 | **1360** | 774 | 404 | 171 | 11 |
| Norte | **287** | 132 | 5 | 53 | 0 | 91 | 6 | **386** | 223 | 97 | 60 | 6 |
| Sudeste | **1993** | 374 | 36 | 380 | 2 | 1179 | 22 | **3194** | 1553 | 1215 | 402 | 24 |
| Sul | **1000** | 287 | 11 | 154 | 0 | 534 | 14 | **1548** | 821 | 545 | 168 | 14 |
| Total | **4642** | **1328** | **77** | **813** | **4** | **2366** | **54** | **7064\*** | **3694** | **2444** | **868** | **58** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização da Plataforma Sucupira mostra diferença de 2 cursos (+1 DO e +1MP)

Certamente, estes números refletem não só as diferenças no número de habitantes, na densidade populacional e no número de IES das diferentes regiões brasileiras, mas principalmente as oportunidades que se configuram para a criação de novos programas. Todavia quando se observa com maior profundidade a Região Centro-Oeste, os dados por unidade da Federação, mostram a importância do Distrito Federal na oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu*. Dos 390 cursos de mestrado e 187 de doutorado da Região Centro-Oeste, o Distrito Federal possui 32,31% e 42,25% deles, respectivamente, com destaque aos doutorados que se aproximam da metade da oferta da Região. O quadro 20 a seguir apresenta tais resultados, onde se pode perceber o destaque do Distrito Federal.

**Quadro 20.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na Região Centro-Oeste, por unidade federativa.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade Federativa | Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | |
| **Total** | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| DF | **128** | 20 | 1 | 29 | 1 | 76 | 1 | **205** | 96 | 77 | 30 | 2 |
| GO | **125** | 51 | 4 | 23 | 0 | 46 | 1 | **172** | 97 | 50 | 24 | 1 |
| MS | **79** | 35 | 1 | 8 | 0 | 35 | 0 | **115** | 70 | 37 | 8 | 0 |
| MT | **67** | 42 | 2 | 5 | 0 | 18 | 0 | **85** | 60 | 20 | 5 | 0 |
| Total | **399** | **148** | **8** | **65** | **1** | **175** | **2** | **577\*** | **323** | **184** | **67** | **3** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização na Plataforma Sucupira mostra diferença de 1 curso (+1 DO)

Segundo a base de dados da Plataforma Sucupira, existem 16 IES no Distrito Federal que oferecem pelo menos um curso de pós-graduação *stricto sensu* avaliado ou reconhecido pela CAPES. O quadro a seguir apresenta tais IES onde se pode perceber o destaque nos números apresentados pelas duas Universidades com sede em Brasília-DF, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Católica de Brasília (UCB), sendo a primeira responsável pela oferta de 79% dos cursos, sendo 93 de mestrado (73,81% de um total de 126 cursos) e 69 de doutorado (89,61% de um total de 77 cursos).

**Quadro 21**. Número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, por Instituição de Ensino Superior (IES).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome da IES | Sigla da IES | Total | ME | DO | MP | DP |
| 1. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior | ANDIFES | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento | CEFOR | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Centro Universitário de Brasília | UNICEUB | **4** | 3 | 1 | 0 | 0 |
| 1. Centro Universitário do Distrito Federal | UDF | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília | IESB | **2** | 0 | 0 | 2 | 0 |
| 1. Centro Universitário Euro-Americano | UNIEURO | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira | ENFAM | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Escola Superior de Ciências da Saúde | FEPECS-ESCS | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Fiocruz (Escola de Governo em Saúde, Diretoria Regional de Brasília) | FIOCRUZ-EGS Brasília | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde | FEPECS | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Fundação Escola Nacional de Administração Pública | ENAP | **3** | 0 | 0 | 2 | 1 |
| 1. Fundação Getúlio Vargas, Brasília | FGV/BSB | **3** | 1 | 0 | 1 | 1 |
| 1. Instituto Brasiliense de Direito Público | IDP | **5** | 1 | 1 | 3 | 0 |
| 1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | IPEA | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Universidade Católica de Brasília | UCB | **17** | 7 | 6 | 4 | 0 |
| 1. Universidade de Brasília | UNB | **162** | 81 | 69 | 12 | 0 |
| Total | | **205** | **96** | **77** | **30** | **2** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional.

Para o objetivo do presente projeto, buscando aliar as informações sobre a pós-graduação *stricto sensu* aos de graduação e, desta forma, dando uma maior abrangência na análise do cenário do Ensino Superior do Distrito Federal e RIDE, pode-se perceber da análise do quadro a seguir que apenas duas IES oferecem cursos de mestrado e/ou de doutorado, nas áreas de engenharias, de tecnologias e de inovação. A Universidade de Brasília, com 26 cursos de mestrado (sendo dois profissionais) e 18 cursos de doutorado e a Universidade Católica de Brasília com dois cursos de mestrado profissionais, são responsáveis por toda a oferta. Ainda, podem ser observados os conceitos obtidos pelos cursos nas últimas avaliações da CAPES disponíveis.

**Quadro 22**. Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Curso/Código | ME | DO | MP | DP |
| UCB | 1. Governança, Tecnologia e Inovação (53003012006P0) | - | - | 4 | - |
| 2. Tecnologias Ambientais (53003012012p0) | - | - | 3 | - |
|  | | | | | |
| UnB | 1. Agronegócios (53001010063P5) | 4 | - | - | - |
| 1. Agronomia (53001010071P8) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Biotecnologia e Biodiversidade - Rede Pró-Centro-Oeste (53001010100P8) | - | 4 | - |  |
| 1. Ciências Ambientais (53001010108P9) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Ciências da Informação (53001010018P0) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Ciências de Materiais (53001010084P2) | 3 | - | - | - |
| 1. Ciências Florestais (53001010046P3) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Ciências Mecânicas (53001010053P0) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Computação Aplicada (53001010098P3) | - | - | 3 | - |
| 1. Desenvolvimento Sustentável (53001010044P0) | 7 | 7 | - | - |
| 1. Engenharia Biomédica (53001010083P6) | 3 | - | - | - |
| 1. Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação (53001010081P3) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Engenharia Elétrica (53001010059P8) | - | - | 3 | - |
| 1. Engenharia Elétrica (53001010080P7) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Estatistica (53001010074P7) | 4 | - | - | - |
| 1. Estruturas e Construção Civil (53001010036P8) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Geociências Aplicadas e Geodinâmica (53001010075P3) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Geografia (53001010043P4) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Geologia (53001010006P1) | 7 | 7 | - | - |
| 1. Geotecnia (53001010032P2) | 6 | 6 | - | - |
| 1. Informática (53001010054P6) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Integridade de Materiais da Engenharia (53001010086P5) | 3 | - | - | - |
| 1. Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (53001010093P1) | 3 | - | - | - |
| 1. Nanociência e Nanobiotecnologia (53001010096P0) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Sistemas Mecatrônicos (53001010052P3) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (53001010041P1) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Transportes (53001010030P0) | 3 | - | - | - |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional.

1. **ESTIMATIVA DE CUSTEIO COM INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL.**

Considerando-se que as estruturas física e de pessoal docente e técnico-administrativo necessárias para a implantação da Universidade do Distrito Federal conterá elementos importantes de receitas de custeio e de investimentos junto às peças orçamentárias previstas e durante sua execução, pode-se utilizar de informações de outras Instituições Universitárias já consolidadas e que tenham características de natureza jurídica e de áreas de atuação nas quais estejam incluídas aquelas pertinentes ao presente projeto, ou seja, áreas de Engenharia, Tecnologia e Inovação e que tenham papel de destaque no cenário educacional nacional e internacional. Para este fim, optou-se pela análise das universidades públicas mantidas pelo Estado de São Paulo, a saber: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), no contexto de suas peças orçamentárias para o ano de 2020, além de informações acerca do corpo discente, do corpo técnico-administrativo e do corpo docente.

A princípio, é importante que se verifique a composição básica das peças orçamentárias destas três universidades públicas estaduais, conforme exposto no Quadro 23 abaixo.

**Quadro 23.** Principais descritivos orçamentários de receita e despesa, das três universidades públicas do Estado de São Paulo, para o ano de 2020.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Componente orçamentário | Descritivo | UNICAMP(a) | | USP 2020(b) | | UNESP 2020(c) | |
| **R$** | **%** | **R$** | **%** | **R$** | **%** |
| Receita | Dotações orçamentárias do Estado | 2.499.550 | 90,33 | 5.728.990 | 95,84 | 2.672.000 | 86,87 |
| Outras receitas | 267.573 | 9,67 | 248.793 | 4,16 | 404.000 | 13,13 |
| **TOTAL** | **2.767.123** |  | **5.977.783** |  | **3.076.000** |  |
| Despesa | Folha de pagamento e reflexos | 2.205.913 | 79,72 | 4.949.775 | 82,80 | 2.248.705 | 73,10 |
| Bolsas e auxílios (assistência e permanência estudantil) | 88.362 | 3,19 | 88.200 | 1,48 | 33.486 | 1,09 |
| Terceirizações de mão de obra (limpeza, manutenção e segurança) | 116.260 | 4,20 | 288.226 | 4,82 | 31.408 | 1,02 |
| Conservação e manutenção predial | 37.145 | 1,34 | 382.344 | 6,40 | 6.052 | 0,20 |
| Juros, encargos e sentenças judiciais | 27.260 | 0,99 | 420 | 0,01 | 20.150 | 0,66 |
| Outras despesas operacionais(1) | 292.182 | 10,56 | 268.818 | 4,50 | 379.370 | 12,33 |
| Ajustes de custeio(2) | - | 0,00 | - | 0,00 | 356.829 | 11,60 |
| **TOTAL** | **2.767.122** |  | **5.977.783** |  | **3.076.000** |  |

Valores em R$1.000

(1): Em outras despesas operacionais, vinculadas ou não: despesas gerais de custeio com manutenção e conservação predial, correios, energia elétrica, aluguéis de máquinas e equipamentos, materiais de consumo, renovação de licenças de software, entre outros.

(2): Em ajustes de custeio encontram-se as despesas orçadas mas não realizadas por contingenciamento.

Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Proposta da Distribuição Orçamentária da Unicamp 2020**. Disponível em [https://www.aeplan.unicamp.br/proposta\_orcamentaria/unicamp/pdo\_unicamp\_2020\_P&B.pdf].
2. Universidade de São Paulo. **Proposta de Distribuição Orçamentária de 2020**. Disponível em: [http://usp.br/codage/files/orc2020/PDO2020\_FINAL].
3. Universidade Estadual Paulista. **Despesas descentralizadas de 2020.** Disponível em: [https://www2.unesp.br/portal#!/aplo/execucaofinanceira/demonstrativo-das-despesas-pagas---2020]

Da análise do quadro acima pode-se verificar que dentre as dotações orçamentárias de receita, os recursos advindos do tesouro do Estado de São Paulo representam cerca de 90% dos recursos totais, sendo a UNESP aquela que provê, tanto percentualmente quanto monetariamente, o maior volume de “outras receitas” ou seja, mais de R$400 milhões, que correspondem a 13,13% do total. Quanto às despesas o componente mais significativo é o atinente à folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, que representa valores expressivos na composição orçamentária, sendo a USP a que destina maior percentual de sua receita para o custeio desta rubrica (82,80%, seguido pela UNICAMP (79,72%) e pela UNESP (73,10%). Este indicador denota uma característica destas universidades públicas, de maneira geral, a destinarem volumes de cerca de 20% de seus orçamentos para todas as outras rubricas de custeio de suas atividades. Considerando-se que os orçamentos das universidades públicas estaduais estão vinculados a dotações orçamentárias que refletem a arrecadação de impostos, principalmente o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e, que a garantia dos salários dos servidores ativos e das pensões dos servidores inativos está prevista legalmente, caso venha a ocorrer qualquer desaquecimento na economia, o componente salarial poderá ter um peso maior ainda na composição do custeio. Esses riscos de diminuição nos repasses do tesouro estadual, embora passíveis de serem estimados por indicadores econômicos, requerem atenção para que não comprometam o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

Uma outra forma de analisar o orçamento de uma universidade diz respeito aos indicadores relativos ao custo/aluno-ano (Quadro 24) e ao custo/servidor-ano (Quadro 25), além da relação servidor/aluno (docente/aluno e técnico-administrativo/aluno).

**Quadro 24.** Custo/aluno-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de alunos de graduação e de pós-graduação matriculados ao final de 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Despesa Total Orçada | UNICAMP | | USP | | UNESP | |
| **R$ 2.767.123** | | **R$ 5.977.783** | | **R$ 3.076.000** | |
| Nível | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 75** | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 68** | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 57** |
| Graduação | 19164 | 59097 | 39244 |
| Pós-Graduação | 17585 | 29295 | 14334 |
| Total | **36749** | **88392** | **53578** |

Valores em R$1.000 - Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Anuário Estatístico UNICAMP 2020**. Disponível em: [https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2020/ anuario2020.pdf]
2. Universidade de São Paulo. **Anuário Estatístico USP 2020**. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/ AnuarioUSP\_2020.pdf]
3. Universidade Estadual Paulista. **Anuário Estatístico UNESP 2020**. Disponível em: [https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario\_2020.pdf]

**Quadro 25.** Custo/Servidor-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de servidores docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos, existentes ao final de 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Despesa Folha de Pagamento Orçada | UNICAMP | | USP | | UNESP | |
| **R$ 2.205.913** | | **R$ 4.949.775** | | **R$ 2.248.705** | |
| Categoria | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 151** | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 115** | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 94** |
| Docentes | 2019 | 5383 | 3087 |
| Técnico-Administrativos | 7135 | 13368 | 5200 |
| Total Ativos | **9154** | **18751** | **8287** |
| Total Inativos | 5456 | 5606 | 7465 |
| Total Servidores | **14610** | **43108** | **24039** |

Valores em R$1.000 - Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Anuário Estatístico UNICAMP 2020**. Disponível em: [https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2020/ anuario2020.pdf]
2. Universidade de São Paulo. **Anuário Estatístico USP 2020**. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/ AnuarioUSP\_2020.pdf]
3. Universidade Estadual Paulista. **Anuário Estatístico UNESP 2020**. Disponível em: [https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario\_2020.pdf]

Os indicadores custo/aluno-ano e custo/servidor-ano apresentados mostram uma clara divergência entre eles, apontando para os máximos encontrados na UNICAMP. Embora estes resultados mereçam uma análise mais aprofundada e guardadas as devidas diferenças institucionais, pode-se dizer que o custo/aluno ano da UNICAMP se destaca dos demais por duas razões básicas: possuir praticamente o mesmo orçamento da UNESP mas a metade do número de alunos em graduação. A UNICAMP, ao contrário das outras duas universidades, possuía em sua base de alunos praticamente o mesmo número de matrículas em graduação (19.164) e em pós-graduação (17.585). Já na USP e na UNESP, os graduandos representam cerca do dobro dos pós-graduandos. No que tange ao menor custo/servidor-ano observado também na UNESP, em relação às demais, pode ser explicado pela elevada proporção de servidores inativos, que se aproxima do número de servidores ativos, totalizando cerca de 10 mil servidores a mais que a UNICAMP, sendo que os recursos orçamentários para folha de pagamento destas duas IES sejam praticamente os mesmos (Quadro 25).

Até este ponto, foram apresentados alguns aspectos relativos aos custos de funcionamento de uma universidade pública, utilizando-se como exemplo as três universidades mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Estes custos, como visto, são destinados em grande parte (cerca de 75%) para o custeio da folha de pagamento dos servidores, sendo o restante, a parte a ser aplicada à manutenção das atividades operacionais. Todavia, uma universidade para preservar sua missão de indissociabilidade de ensino, de pesquisa e de extensão, conforme determina o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, há de serem destinados recursos além das dotações orçamentárias de custeio, no que tange aos investimentos para infraestrutura física e de bens permanentes. Nesta linha, os cursos de Engenharia e as áreas afetas à Tecnologia e à Inovação são consideravelmente demandantes, principalmente do ponto de vista laboratorial. Esta característica, também é observada na área da Saúde, embora não faça parte do escopo deste trabalho, mas se faz importante compará-las visto que, por um lado estando o significativo aporte financeiro necessário para a implantação dos laboratórios, mas do outro, as oportunidades de sinergia de utilização dos espaços entre os diferentes cursos de uma mesma área, o que garante uma otimização dos investimentos, envolvendo um maior número de atividades, de alunos e de oportunidades de produção técnica e científica.

Para ilustrar e utilizando-se a Área das Engenharias como exemplo, os Laboratórios de Física, de Química, de Ciência dos Materiais, de Fenômenos de Transporte, de Desenho, de Eletricidade e Eletromagnetismo, entre outros, sem contar os Laboratórios de Informática, são de uso comum a vários cursos da área, como Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, entre outras. Ainda, estes mesmos laboratórios podem ser utilizados em Cursos Superiores de Tecnologia para a formação de Tecnólogos e, também, em alguns cursos de Bacharelado, fazendo com que os investimentos em seus equipamentos e mobiliário sejam otimizados.

O Quadro 26 abaixo, ilustra as possibilidades de utilização dos mesmos espaços laboratoriais por seis cursos da Área de Engenharia, com o investimento aproximado necessário para a aquisição de equipamentos especializados.

**Quadro 26.** Laboratórios de uso comum para a Área de Engenharia e custo aproximado para aquisição de equipamentos e mobiliário.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Laboratório | Custo (R$) | Produção | Civil | Mecânica | Elétrica | Computação | Controle e Automação |
| 01 | Automação e Robótica | 128.000 | X |  | X |  | X | X |
| 02 | Ciência dos Materiais | 52.552 | X | X | X | X | X | X |
| 03 | Desenho | 8.126 | X | X | X | X | X | X |
| 04 | Eletricidade, Eletrotécnica e Eletromagnetismo | 267.843 | X | X | X | X | X |  |
| 05 | Eletrônica Básica e Automação | 59.250 |  |  |  | X | X | X |
| 06 | Fenomenos de Transporte | 90.700 | X | X | X | X | X | X |
| 07 | Física do Movimento | 163.766 | X | X | X | X | X | X |
| 08 | Físicas dos Movimentos e Ondas | 126.109 | X | X | X | X | X | X |
| 09 | Fluídos e Termodinâmica | 96.351 | X | X | X | X | X | X |
| 10 | Hidráulica | 76.008 |  | X |  |  |  |  |
| 11 | Informática Aplicada às Engenharias | 95.771 | X | X | X | X | X | X |
| 12 | Máquinas e Motores | 201.650 |  |  | X | X |  | X |
| 13 | Máquinas Térmicas | 49.650 |  |  | X |  |  |  |
| 14 | Metrologia | 24.959 | X |  | X |  |  |  |
| 15 | Processamento de Sinais | 168.250 |  |  |  | X | X | X |
| 16 | Processos Industriais | 275.280 | X |  | X |  |  |  |
| 17 | Programação com Ênfase em Plataformas Móveis | 84.000 |  |  |  |  | X | X |
| 18 | Química | 63.058 | X | X | X | X | X | X |
| 19 | Redes de Computadores | 253.000 |  |  |  | X | X |  |
| 20 | Resistência dos Materiais | 139.100 | X | X | X | X | X | X |
| 21 | Sistemas Digitais | 61.250 |  |  |  | X | X | X |
| 22 | Softwares | 781.909 | X | X | X | X | X | X |
| 23 | Solos e Materiais | 180.372 |  | X |  |  |  |  |
| 24 | Tecnologia das Construções | 89.782 |  | X |  |  |  |  |
|  | **Total** | **3.536.736** | **14** | **14** | **16** | **17** | **17** | **16** |

Embora os valores sejam estimados a partir da sugestão de fornecedores sem a devida tomada de preço, é importante ressaltar que o investimento laboratorial para a Área de Engenharias é muitas vezes dependente de condições de importação e de câmbio, o que pode sugerir um valor mais conservador seria na casa de R$ 4 milhões.

Outros investimentos importantes para um ambiente educacional universitário dizem respeito às próprias salas de aula, que devem atender a princípios de acessibilidade e que estejam adequadas às atividades de ensino às quais se destinarão. Em um valor aproximado, uma sala de aula padrão com carteiras universitárias ou com mesas e cadeiras, para 50 alunos, contendo um microcomputador, um projetor multimídia, uma tela de projeção anti-reflexo e quadros brancos, requer um investimento de R$ 50 mil. Ainda, os espaços destinados aos setores administrativos, gabinetes para o corpo docente, setores de atendimento, também necessitam de investimentos em relação a mobiliário e equipamentos de informática, na ordem de R$ 5 mil reais por servidor. Portanto, em um exemplo hipotético para implantação de seis cursos de engenharia, com 50 vagas anuais para cada um deles e a contratação de 15 professores em média para cada curso, considerando as disciplinas em sinergia e, de 30 colaboradores administrativos, seriam necessários para os cinco anos iniciais, os seguintes investimentos em equipamentos e mobiliários, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 27.** Investimento estimado ao longo dos cinco primeiros anos, para implantação de Área de Engenharia, com seis cursos, 50 vagas anuais e 120 servidores

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | N | R$ unitário | R$ total |
| 1 | Salas de aula | 30 | 50 | 1500 |
| 2 | Equipamentos e mobiliário (90 docentes e 30 técnico-administrativos) | 120 | 5 | 600 |
| 3 | Laboratórios Específicos | 24 | - | 4000 |
| 4 | Laboratórios Gerais de Informática (25 estações de trabalho) | 4 | 100 | 400 |
| Total | | | | **6500** |

Em R$ 1000

1. **ANÁLISE DE ASPECTOS DA REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DAS IES PÚBLICAS, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR, NOS CONTEXTOS INTERNO E EXTERNO, PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL.**

Para a implantação de uma Instituição de Educação Superior que tenha como objetivo a oferta de programas voltados para as áreas de inovação, de tecnologias e de engenharias é preciso estabelecer, inicialmente, algumas referências regulatórias que servirão de base para o planejamento estratégico da sua criação. A princípio, conforme definiu o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), na Resolução no 02, de 19 de setembro de 2017, que estabeleceu as normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal:

*Art. 1º O Sistema de Ensino do Distrito Federal, na oferta da educação superior, compreende instituições públicas criadas e mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal.*

*Parágrafo único. As instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada, fazem parte do Sistema Federal de Ensino Superior, em conformidade com a legislação nacional vigente.*

*Art. 2º A responsabilidade pela implantação e manutenção das instituições públicas de educação superior, no Sistema de Ensino do Distrito Federal, é dever do Poder Público.*

*[...]*

*Art. 5º As instituições públicas de educação superior, no Sistema de Ensino do Distrito Federal, devem obedecer às disposições da legislação nacional e desta Resolução.*

Desta forma, caberá ao Poder Público do Distrito Federal estabelecer os princípios que nortearão a implantação e o desenvolvimento de uma Universidade do Distrito Federal, de natureza jurídica pública que, segundo a mesma Resolução, deverá ter as seguintes características:

*Art. 7º As Universidades, instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, caracterizam-se por:*

*I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*

*II - produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;*

*III - corpo docente com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*IV - corpo docente em regime de tempo integral de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*V - propostas curriculares que contemplem as diversas áreas do conhecimento;*

*VI - oferta regular de, no mínimo, 4 (quatro) cursos de mestrado e 2 (dois) de doutorado reconhecidos pelo Sistema Federal de Ensino, nos termos da legislação vigente.*

*Parágrafo único. As Universidades gozam de autonomia, nos termos da Constituição Federal.*

Ainda, se optar pelo formato de estrutura *multicampi*, deverá atender ao seguinte:

*Art. 8º As Universidades podem organizar-se na forma multicampi.*

*§ 1º Considera-se como campus sede o local central de funcionamento da instituição, circunscrito aos limites do Distrito Federal, incluindo os órgãos administrativos e acadêmicos centrais, a oferta dos cursos e demais atividades educacionais.*

*§ 2º Considera-se campus fora da sede as unidades educacionais em outros locais de funcionamento da instituição nos limites do Distrito Federal.*

*§ 3º Os campi fora da sede, em outras Unidades da Federação, não fazem parte de Sistema de Ensino do Distrito Federal.*

Da análise do excerto acima, chamam a atenção os aspectos previstos no texto da Resolução que atribuem, ora obrigatoriedades, ora permissibilidades, ou seja, o que se determina no Art. 7o poderá ser desenvolvido em uma organização de estrutura multicampi, com campi distribuídos obrigatoriamente dentro dos limites do Distrito Federal e considerados com a designação “campus fora de sede”. Por outro lado, a universidade poderá adotar uma estrutura de campus único. Por si, a definição apontará para questões organizacionais e orçamentárias importantes visto que a oferta de programas de graduação e de pós-graduação em uma Universidade é diretamente afetada por aspectos próprios de seu funcionamento, como por exemplo, sinergia de utilização de espaços comuns, dimensionamento de equipes de limpeza, manutenção e segurança predial, entre outros. Ainda, podem ser incluídos aspectos como a otimização da carga horária do corpo docente, influenciada pela área de formação e de pesquisa dos professores e, do acervo, de equipamentos e de espaços de ensino e de pesquisa.

Outro ponto importante a ser considerado em termos regulatórios é o que a citada Resolução CEDF no 02/2017 preconiza acerca do credenciamento institucional, assim tratado:

*Art. 27. Os atos de regulação das instituições de educação superior, de cursos e de programas compreendem:*

*I - credenciamento;*

*II - recredenciamento;*

*[...]*

*Parágrafo único. Os atos de regulação de que trata o caput têm prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da legislação vigente.*

*[...]*

*CAPÍTULO I*

*DO CREDENCIAMENTO*

*Art. 31. O credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual o Poder Público do Distrito Federal, após deliberação do Conselho de Educação do Distrito Federal, habilita a instituição com tipologia organizacional e modalidade para a oferta de educação superior.*

Assim, conforme pode ser verificado, o credenciamento de uma Universidade do Distrito Federal deverá atender aos trâmites regulares previstos que impõem o que se apresenta a seguir:

*Art. 32. Os processos de credenciamento de instituições de educação superior públicas são solicitados em órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, contendo:*

*I - condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora;*

*II - estrutura organizacional, estatuto e regimento geral, no caso de Universidades e de Centros Universitários, e regimento nos demais casos;*

*III - cópia da Licença/Autorização de Funcionamento vigente, coerente com o nível de educação superior e modalidades de educação e ensino pretendidas;*

*IV - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quinquenal, contemplando:*

*a) [...]*

*V - Projeto Pedagógico Institucional, contemplando:*

1. *[...]*

*VI - gestão institucional, com formas de escolha, mandato, atribuições dos cargos diretivos e de coordenação;*

*VII - descrição dos cursos e programas: organização curricular, vagas, turnos de funcionamento e formas de acesso;*

*VIII - mecanismos de apoio ao estudante;*

*IX - formas de registro e de controle acadêmico;*

*X - estratégias de avaliação institucional.*

*Parágrafo único. Para fins de credenciamento, são considerados os requisitos legais e normativos exigidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.*

Desta forma, a definição de qual estrutura organizacional (campus único ou multicampi) deverá ser uma das características inicialmente decididas para a elaboração do projeto visando o credenciamento. Ainda nos aspectos de quais são as condições regulamentares a serem observadas, no Projeto de Credenciamento da Universidade do Distrito Federal deverá ser apontado se as IES mantidas pelo poder público do Distrito Federal e, consequentemente, seus cursos de graduação e de pós-graduação autorizados e/ou reconhecidos, estarão incluídos, considerando-se que a Resolução CEDF no 02/2017 permite que a via da transformação de organização acadêmica em processo de recredenciamento seja escolhida. A princípio, esta parece ser a alternativa mais célere e, do ponto de vista regulatório, mais pertinente, permitindo que o ato regulatório tenha validade de 10 anos. Senão, vejamos:

*Art. 34. As Universidades e os Centros Universitários podem ser credenciados mediante autorização de novos cursos, pela reunião de cursos existentes ou, ainda, pelas duas alternativas associadas.*

*Parágrafo único. No caso do recredenciamento a partir de cursos existentes, as instituições referidas no caput devem apresentar a avaliação das principais atividades acadêmicas desenvolvidas no último quadriênio, com destaque para:*

*I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*

*II - política de pesquisa com as principais linhas de pesquisa, produção acumulada e projetos em andamento;*

*III - produção artística, cultural, bem como sua publicidade;*

*IV - resultados das avaliações institucionais.*

*Art. 37. O credenciamento para Universidades é concedido por prazo determinado, não superior a 5 (cinco) anos.*

*[...]*

*Art. 43. O recredenciamento para Universidades é concedido por prazo determinado, não superior a 10 (dez) anos.*

Como pode ser visto, a adoção da via de transformação de organização acadêmica para a criação da Universidade do Distrito Federal seria mais apropriada, quando se considera que qualquer uma das vias deverá passar, logo após os trâmites protocolares iniciais, pelo processo de avaliação. A citada resolução também trata desta condição, em seu artigo 79, como segue:

*TÍTULO VI*

*DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*

*Art. 79. A avaliação das instituições públicas de educação superior, dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, e do desempenho acadêmico de seus estudantes, é realizada, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da legislação nacional vigente.*

*Parágrafo único. Para a execução dos processos referentes à avaliação, utilizam-se os instrumentos e critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.*

Isto posto, aponta-se para que o que se preconiza na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) seja observado, principalmente nos aspectos da avaliação da solicitação, tanto de credenciamento, quanto de recredenciamento para transformação de organização acadêmica. Diz o citado diploma legal:

*Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:*

*I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;*

*II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;*

*III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*

*IV – a comunicação com a sociedade;*

*V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;*

*VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;*

*VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;*

*VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;*

*IX – políticas de atendimento aos estudantes;*

*X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.*

*§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no****caput****deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.*

*§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa****in loco.***

*§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.*

*[...]*

Da análise do excerto da lei do SINAES, em destaque os 10 incisos que tratam das dimensões institucionais, resta claro que, junto ao processo a ser tramitado, as questões que envolvam a estrutura organizacional a ser adotada, as áreas de atuação dos programas de graduação e de pós-graduação que serão implantados (ou integrados), são questões fundamentais que deverão estar esclarecidas no projeto, principalmente no Plano de Desenvolvimento Institucional, visto que as principais demandas financeiras de custeio de uma IES estarão diretamente relacionadas e, desta forma, impactadas.

Quando se considera que o Projeto da Universidade do Distrito Federal será submetido a um processo de avaliação externa e, conforma visto até o momento, será utilizado pelos avaliadores, um dos dois instrumentos de avaliação institucional que foram elaborados pelo Comitê Gestor criado pela Portaria INEP no 670/2017, com participação da Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP (DAES), da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação (SERES) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de representantes dos segmentos das IES, tendo como embasamento a legislação atual, as demandas da sociedade e a interlocução com o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), a saber: a) **Instrumento de Avaliação Institucional Externa** – Presencial e a Distância - Recredenciamento / Transformação de Organização Acadêmica; e b) **Instrumento de Avaliação Institucional Externa** – Presencial e a Distância – Credenciamento, ambos de outubro de 2017.

1. **ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR NO 034/2020 COM SEUS IMPACTOS VINCULADOS À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UNDF).**

Como introduzido anteriormente, o projeto de Lei Complementar no 034/2020, de autoria do Governador do Distrito Federal, foi encaminhado à presidência da Câmara Legislativa (CL-DF) em 19 de março de 2020 e teve sua apresentação em 23 de abril do mesmo ano, cuja ementa destaca: *“Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências”.* A partir desta data, o projeto se encontra em trâmite na CL-DF, tendo recebido 48 emendas modificativas ou aditivas aos seus 22 artigos, das quais, 46 estão apensadas ao projeto (as emendas 8 e 25 tiveram os protocolos anulados), sendo 41 da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) e quatro do Plenário, que passarão a ser apresentadas, no intuito de se verificar se as propostas de emendas promoverão alterações significativas no texto inicial e, assim, possam ser analisadas no contexto dos reflexos na futura implantação.

Dentre as emendas apresentadas, as de número 1 a 7 de mesma autoria (Deputado Distrital Leandro Grass - Comissão de Educação, Saúde e Cultura), são modificativas e apresentam, em resumo o que segue:

1. **Emenda 1 (modificativa)**: altera redação do Art. 1o propondo a vinculação da UnDF diretamente ao Governador do DF e não à Secretaria de Estado de Economia, para garantir a autonomia universitária prevista no Art. 207 da Constituição Federal. Ainda, não haver previsão no Decreto 35.565/2014, que trata do Regimento Interno da Secretaria de Economia tal atribuição.
2. **Emenda 2 (modificativa):** modifica dispositivo do Art. 2o possibilitando que a Universidade possa firmar convênios, contratos parcerias técnicas, especialmente com as Secretarias do DF, ampliando tais parcerias pela criação de outros cursos.
3. **Emenda 3 (modificativa)**: altera redação do Art. 3o que trata das diretrizes da Universidade incluindo a terminologia “metodologias ativas de ensino”, a obrigatoriedade da oferta de educação gratuita à luz do Art. 206 da Constituição Federal, a garantia de programas de permanência estudantil e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (Art. 207 da CF).
4. **Emenda 4 (modificativa)**: altera a redação do Art. 4o e define que a nomeação do Presidente da UnDF, para mandato de quatro anos e exercício concomitante da Reitoria, deva ser feita a partir de lista tríplice, formada por eleição direta dos votos de docentes, discentes e corpo técnico-administrativo, com ponderações a serem fixadas em Lei. Excetua-se a escolha do primeiro presidente e reitor *pro tempore*.
5. **Emenda 5 (modificativa):** no Art. 11 altera-se a redação para vincular o projeto de Lei para criação do Plano de Carreira, Cargos e Remunerações no Quadro de Pessoal da UnDF, aos ditames da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.
6. **Emenda 6 (modificativa):** inclui no Art. 12 que os servidores da FUNAB e da Escola Superior de Ciências Sociais (ESCS) sejam incorporados à UnDF.
7. **Emenda 7 (modificativa):** altera o Art.18 para garantir a manutenção e continuidade de todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em curso no momento da sua integração.

As emendas de número 9 a 14 são de autoria do Deputado Distrital Jorge Vianna da Comissão de Educação, Saúde e Cultura:

1. **Emenda 9 (modificativa)**: altera o Art. 14 para obrigar o Poder Executivo a aumentar em 20% ao ano, o número de vagas ofertadas junto aos cursos de Enfermagem e de Medicina da ESCS, para a criação de novos cursos da UnDF.
2. **Emenda 10 (aditiva):** acrescenta parágrafo ao Art. 5o, para fixar que a metade dos assentos destinados aos conselheiros não vinculados à UnDF junto ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sejam indicados pela Câmara Legislativa, dentre servidores públicos com titulação mínima de mestre.
3. **Emenda 11 (modificativa):** altera o Art. 11 determinando que o Governador encaminhe à Câmara Legislativa do DF, no prazo de 90 dias da criação da universidade, o projeto de lei para a criação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Quadro de Pessoal da UnDF.
4. **Emenda 12 (aditiva)**: inclui parágrafo no Art. 21(sic) que determina que o provimento total dos cargos previstos no caput [provavelmente do Art. 20] será condicionado à total implantação e oferecimento de pelo menos 600 vagas anuais na graduação e 200 vagas anuais na Pós-graduação.
5. **Emenda 13 (aditiva)**: inclui inciso no Art. 3o para fortalecer a integração entre o ensino, os serviços públicos e a comunidade, garantindo a prioridade de utilização dos serviços públicos do DF pela UnDF desenvolva os cenários de práticas acadêmicas.
6. **Emenda 14 (aditiva):** acrescenta ao Art. 11 que os cursos da área das Ciências da Saúde da UnDF terão vinculação com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e poderão contar com quadro variável de docentes colaboradores desta Secretaria para garantir a consecução de seus objetivos e a transferência de conhecimentos em Saúde Pública, nos termos do Art. 200 da CF, que trata sobr o Sistema Único de Saúde.

As emendas de número 15 a 21 foram apresentadas pelo Deputado Distrital Leandro Grass, que também apresentou as emendas de número 1 a 7, como visto anteriormente. Destaca-se, o que segue:

1. **Emenda 15 (aditiva):** acrescenta parágrafo no Art. 1o fixando que a UnDF será constituída de Unidades, Órgãos de Integração e Órgãos Complementares, distribuídos em *campi*.
2. **Emenda 16 (aditiva)**: mesmo teor da emenda 13, inclui inciso no Art. 3o para fortalecer a integração entre o ensino, os serviços públicos e a comunidade, garantindo a prioridade de utilização dos serviços públicos do DF pela UnDF desenvolva os cenários de práticas acadêmicas, para adequação às metodologias e soluções pedagógicas inovadoras.
3. **Emenda 17 (modificativa)**: altera inciso do Art. 3o para prever a que a organização administrativa seja descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade, garantindo que cada campus possua infraestrutura que assegure os serviços administrativos essenciais, considerando-se as necessidades de cada unidade.
4. **Emenda 18 (modificativa):** altera a redação do Art. 15 para que, além da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, cuja criação foi autorizada por meio da Lei n° 5.141, de 31 de julho de 2013, também seja extinta a Fundação de Ensino e Pesquisa de Ciências da Saúde – FEPECS, cuja criação foi autorizada por meio da Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001, considerando-se que a ESCS será incorporada pela UnDF.
5. **Emenda 19 (modificativa):** com a mesma motivação da Emenda 6, prevê que a UnDF receberá os servidores públicos em exercício nas extintas FUNAB e na FEPECS, nos termos dos atos que concederam a cessão de pessoas a essas fundações.
6. **Emenda 20 (modificativa):** altera a redação do Art. 16 para autorizar a transferência do pessoal, materiais, acervo patrimonial, recursos orçamentários e financeiros da FUNAB e da FEPECS para a UnDF e determina que para os remanejamentos dos saldos orçamentários sejam observados os projetos em desenvolvimento. Ainda, que conselhos, fundos, órgãos e entidades vinculados à FUNAB e à FEPECS serão vinculados à UnDF.
7. **Emenda 21 (modificativa):** altera a redação do Art. 18 para que a partir da integração da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS à UnDF, a Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – EAPSUS passarão a constituir unidades da ESCS, fomentando a oferta de programas de extensão com a comunidade.

As emendas de número 22 a 24 foram apresentadas pelo Deputado Distrital Jorge Vianna, da mesma forma que já havia apresentado as emendas de número 9 a 14, destacando-se:

1. **Emenda 22 (aditiva):** inclui Art. 19 e altera numeração dos subsequentes para fixar que sejam reservadas metade das vagas para o ingresso dos cursos de graduação para os programas de inclusão social, destinando cotas para negros e egressos de escolas públicas, respeitado a proporção populacional dos grupos. Ainda, que sejam adotados processos seletivos seriados para os cursos com maior concorrência.
2. **Emenda 23 (aditiva):** inclui Art. 20 e altera numeração dos subsequentes para fixar que sejam reservadas, no mínimo, 5% das vagas de graduação e pós-graduação desse campo de atuação para os servidores efetivos dos órgãos e entidades vinculados à Secretaria de Saúde do DF, em contrapartida ao uso da infraestrutura do Sistema de Saúde do DF para as atividades segundo as metodologias ativas.
3. **Emenda 24 (aditiva):** inclui parágrafo no Art. 11, com mesmo tema das Emendas 13 e 16, visando garantir prioridade na utilização das instalações das unidades de saúde mantidas direta ou indiretamente pela Secretaria de Estado de Saúde. Além disso, prevê que será disponibilizado para os acadêmicos, residentes e profissionais da UnDF, sem ônus, instalações, material e pessoal para o desenvolvimento das aulas práticas e dos programas de residência.

As emendas 26 e 27 tiveram a autoria da Deputada Distrital Arlete Sampaio da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a saber:

1. **Emenda 26 (modificativa)**: altera a redação do Art. 22 para determinar que os efeitos da Lei Complementar só passem a vigorar após a sua publicação no diário oficial; a aprovação de lei de alteração do Plano Plurianual 2020-2023, que adeque o orçamento do Distrito Federal à implantação da UnDf; e, o término da situação de calamidade pública no distrito federal.
2. **Emenda 27 (modificativa):** altera a redação do Art. 1o para vincular a UnDF à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

As emendas de 28 a 43 foram apresentadas pelo Deputado Federal Eduardo Pedrosa da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, como seguem:

1. **Emenda 28 (modificativa)**: altera o parágrafo 1o do Art. 1o para acrescentar a garantia da gratuidade de ensino nos cursos de graduação e tecnólogo *(sic*).
2. **Emenda 29 (aditiva):** acrescenta parágrafos ao Art.1o para garantir que todos os atos, contratos e convênios estejam sujeitos a controles externos e internos, e às normas da administração pública quanto a licitações e concursos públicos para contratação de pessoal. Ainda, adiciona que todas as atividades relacionadas ao ensino deverão ser gratuitas e que o serão criados programas de auxílio aos alunos de baixo poder aquisitivo, para o custeio de alimentação e transporte.
3. **Emenda 30 (modificativa):** altera o *caput* do Art. 2o para incluir a modalidade a distância e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão universitária, incentivando sua inserção regional no DF e em seu entorno, principalmente em localidades com menor acesso à educação superior pública. Ainda, inclui no Inciso VI a possibilidade de firmar termos de cooperação técnica.
4. **Emenda 31 (aditiva):** inclui parágrafo único no Art. 2o para que a UnDF, em sua política de cooperação técnica, contratos, convênios e parcerias, dará especial atenção às demais instituições de ensino superior e às instituições de pesquisa, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, existentes no Distrito Federal.
5. **Emenda 32 (modificativa):**altera redação do inciso VI do Art. 3o para incluir que as oferta de seus cursos e atividades de extensão sejam e de desenvolvimento, sejam voltados também para a geração de empregos e inovação.
6. **Emenda 33 (aditiva):** acrescenta incisos ao Art. 3o, que trata das diretrizes da UnDF, incluindo o fomento ao desenvolvimento de incubadoras, cooperativas, aceleradoras e núcleos de inovação e empreendedorismopara as áreas de tecnologia, novos produtos. Ainda, propõe o estímulo entre pesquisadores, empreendedores e o setor produtivo local, com interação entre empresas incubadas e instituições públicas e privadas. Por fim, estabelece o fomento de projetos integrados de pesquisa e de extensão, com enfoque em inovação e integração social, para as áreas de educação profissional, trabalho, empreendedorismo, produção, desenvolvimento, tecnologias sociais e sustentabilidade**.**
7. **Emenda 34 (aditiva):** inclui parágrafos ao Art. 3o para que somente sejam criados novos cursos ou modificados os já existentes, após estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de recursos humanos. Ainda, que deverá ser implantado até o quarto ano da criação da UnDF, o Núcleo de Práticas para cada curso, para a oferta de serviços à população de menor renda e estimular os alunos à prática de seu aprendizado profissional. Por fim, que as pesquisas a serem desenvolvidas terão como foco a geração de novas tecnologias e processos, visando o desenvolvimento econômico e técnico-científico do Distrito Federal.
8. **Emenda 35 (modificativa):** altera o disposto no Art. 4o e seus parágrafos, determinando que a nomeação do Presidente da UnDF será feita por Decreto do Governador para o prazo de até 03 (três) anos e, que a partir de sua posse, terá 12 meses para organizar o funcionamento efetivo da Universidade. Ainda, que exercerá cumulativamente o mandado de Reitor *pro tempore* até que a UnDF esteja implantada na forma de seu Estatuto, responsabilizando-se por conduzir a instituição até que o cargo seja ocupado.
9. **Emenda 36 (aditiva)**: inclui parágrafos no Art. 4o estabelecendo a prazo de 03 (três meses) para que o Reitor *pro tempore* convoque eleições gerais para constituição da Lista Tríplice para a função de Presidente e de Reitor, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Ainda, determina que a escolha do Reitor recairá sobre pessoa com formação acadêmica mínima de mestre, de reconhecida idoneidade e experiência, com no mínimo três anos de efetivo exercício de atividade (*sic*), sendo nomeado pelo Governador para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida a recondução mediante novos processos de escolha.
10. **Emenda 37 (aditiva)**: inclui parágrafos no Art. 5o para assegurar, com garantia da autonomia universitária, a participação e a integração na administração superior da UnDF, de representantes da comunidade universitária, da sociedade civil organizada e dos poderes públicos e legislativo, e terá sua composição, mandato, forma de escolha, número de membros e demais atribuições definidas por lei, garantida a autonomia universitária. Ainda, define que a comunidade universitária será composta pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelo corpo técnico-administrativo. Por fim, determina que as vagas nos Conselhos Superiores sejam distribuídas de forma paritária entre a sociedade civil e membros do Governo do Distrito Federal.
11. **Emenda 38 (aditiva)**: inclui no Art. 7o as áreas de atuação de Gestão de Negócios e de Hospitalidade e Lazer, totalizando 12 áreas.
12. Emenda 39 (aditiva): inclui parágrafo no Art. 11 para permitir que a UnDF, em caráter excepcional e por tempo limitado, possa contar com a colaboração de profissionais de reconhecida competência e formação em áreas específicas do conhecimento para exercer atividades universitárias de docência”.
13. **Emenda 40 (aditiva)**: inclui novo Art. 13 e renumera os subsequentes para possibilitar que a UnDF possa contar com quadro de professores convidados, brasileiros ou estrangeiros, de caráter provisório, por tempo determinado, visando atender determinada demanda dos cursos de graduação, extensão e pesquisa, para exercício exclusivo na atividade fim, como professor regente ou pesquisador, excluindo-se a contratação de servidores públicos da administração direta ou indireta, da União, Estados, Municípios ou do Distrito Federal, exceto quando tal acumulação seja lícita nos termos da legislação em vigor. Ainda que os professores convidados serão contratados segundo normas estabelecidas pela Administração Superior da Instituição e terão sua remuneração vinculada às horas efetivamente trabalhadas, sob a égide da Consolidação das Leis Trabalhistas e do Regime Geral da Previdência Social.
14. **Emenda 41 (aditiva)**: inclui novo Art. 14 e renumera os subsequentes, de forma semelhante à Emenda 40, possibilita a existência de quadro de professores temporários, por tempo determinado, visando atender demanda dos cursos de graduação, podendo ser contratados por processo seletivo simplificado, garantindo que sua remuneração não será inferior à remuneração de professor de cargo análogo e será definida por ato próprio da Administração Superior da UnDF, com as mesmas características de contratação previstas na Emenda 40..
15. **Emenda 42 (aditiva):** inclui artigo determinando que UnDF sucederá a FUNAB e a ESCS em todos os seus direitos e obrigações, como proposto também, direta ou indiretamente, nas Emendas 6, 7, 18, 19, 20 e 21.
16. **Emenda 43 (aditiva):** inclui artigo estabelecendo que os espaços físicos a serem utilizados pela UnDF serão prioritariamente imóveis de propriedade do Poder Público distrital, bem como, sempre que possível, aqueles integrantes do patrimônio cultural do Distrito Federal e/ou aqueles disponibilizados através de convênios.Ainda que, na hipótese de espaços a serem locados, dentro das normas de contratação vigentes para a administração pública, devem ser priorizados aqueles que atendem aos requisitos de sustentabilidade no reaproveitamento de água da chuva e de energia renovável, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

As emendas de número 44 a 48, foram apresentadas em Plenário, no dia 18 de agosto de 2020, pelo Deputado Distrital Fábio Felix, a saber:

1. **Emenda 44 (Plenária):** dá ao Art. 5o redação que garante que a administração superior da UnDF observará a composição paritária de segmentos em suas instâncias e será exercida pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito de suas respectivas competências estatutárias e regimentais, que também definirão que tais conselhos superiores serão constituídos paritariamente por representações de docentes, discentes e técnicos administrativos.
2. **Emenda 45 (Plenária):** altera a redação do Art. 1o para caracterizar a UnDF sob a forma de uma fundação pública e de regime jurídico de direito público, integrante da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
3. **Emenda 46 (Plenária):** altera a redação do Art. 4o, firmando a nomeação do Presidente da UnDF será feita por decreto do Governador a partir de lista tríplice resultante da realização de processo de consulta à comunidade acadêmica, em que sejam aferidos de forma paritária os votos do corpo docente, discente e de técnicos administrativos, de forma estatutária e regimental. previsão que deverá constar do estatuto e do regimento geral da instituição de ensino. Ainda, o mandado do Reitor pro tempore será provisório, com duração de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período, para conduzir, coordenar e adotar providências e medidas cabíveis para a implantação da UnDF, assim como administrá-la até que seja feita a primeira consulta para o cargo de Reitor.
4. **Emenda 47 (Plenária):** adiciona inciso ao Art. 2o para garantir que seja elaborado e implementado o programa de assistência estudantil visando coibir a evasão de estudantes em contexto de vulnerabilidade social.
5. **Emenda 48 (Plenária):** adiciona inciso no Art. 5o, que trata das diretrizes da UnDF para garantir que, por meio da implementação de cotas raciais e sociais para ingresso em cursos de graduação e de pós-graduação ofertados, seja democratizado o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Por fim, tendo sido apresentadas as 46 emendas, que servirão de base para a análise dos impactos sobre a implantação da UnDF, o Projeto de Lei Complementar 034/2020 também trás, em seu bojo, dois anexos que passarão a ser apresentados:

1. **Anexo I:** define a Organização Administrativa da UnDF como segue:
2. Conselho Deliberativo
3. Conselho Fiscal
4. Presidência
5. Procuradoria Jurídica

5. Unidade de Projetos Estratégicos

6. Unidade de Controle Interno

7. Ouvidoria

8. Diretoria Executiva

8.1. Unidade de Planejamento e Programação Orçamentária

8.1.1. Gerência de Planejamento

8.1.2. Gerência de Orçamento

8.2. Assessoria de Comunicação

8.3. Unidade de Cursos Superiores

8.3.1. Coordenação de Cursos

8.3.1.1. Diretoria de Educação

8.3.1.2. Secretaria de Assuntos Acadêmicos

8.3.1.3. Diretoria de Desenvolvimento Docente e Discente

8.3.1.4. Diretoria de Avaliação

8.3.2. Coordenação de Cursos de Pós-Graduação, Extensão e Formação Continuada

8.3.2.1. Diretoria de Cursos de Mestrado e Doutorado

8.3.2.2. Diretoria de Cursos de Especialização, Extensão e Formação Continuada

8.3.3. Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica

8.3.3.1. Diretoria de Pesquisa

8.3.3.2. Biblioteca Central

8.3.3.2.1. Gerência de Atendimento ao Usuário

8.3.3.2.2. Gerência de Integração de Bibliotecas Setoriais

8.4. Coordenação de Tecnologia Da Informação

8.4.1. Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

8.4.2. Diretoria de Administração de Redes

9. Unidade de Administração Geral

9.1. Diretoria de Gestão de Pessoas

9.1.1. Gerência de Cadastro Funcional e Financeiro

9.1.2. Gerência de Seleção de Pessoas

9.1.3. Gerência de Protocolo Documentos Administrativos

9.2. Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

9.2.1. Gerência de Execução Orçamentária

9.2.2. Gerência de Execução Financeira

9.2.3. Gerência de Contabilidade e Custos Governamentais

9.3. Diretoria de Contratos e Convênios

9.3.1. Gerência de Contratos Administrativos

9.3.2. Gerência de Convênios e Acordos de Cooperação

9.3.3. Gerência de Instrução Processual

9.4. Diretoria de Recursos Materiais e Audiovisuais

9.4.1. Gerência de Patrimônio

9.4.2. Gerência de Recursos Materiais

9.4.3. Gerência de Manutenção e Acompanhamento de Serviços Gerais

1. **Anexo II:** apresenta os cargos criados para as funções da organização administrativa da UnDF, proposta no Anexo I do PL 034/2020, com a seguinte totalização:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Código | Cargo/função | Número |
| CNE-01 | Presidente | 01 |
| CNE-02 | Diretor Executivo | 01 |
| CNE-03 | Chefe | 08 |
| CNE-06 | Coordenador | 04 |
| CNE-07 | Diretor | 14 |
| CNE-07 | Assessor Especial | 06 |
| DFG-14 | Gerente | 17 |
| DFA-14 | Assessor | 20 |
| Total | | **71** |

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi apresentado até o momento, quanto à caracterização da Educação Superior da RIDE-DF em nível de graduação, em seus vários aspectos, como a natureza jurídica das IES, o número de alunos matriculados nas principais IES e nos cursos de Interesse, segundo parâmetros como cor ou raça e faixa de renda familiar, além da análise da oferta de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), entende-se já ser possível fazer alguns juízos sobre os investimentos necessários para a implantação da Universidade do Distrito Federal, embora as premissa de qual organização administrativa que será escolhida para a instituição (multicampi ou campus único), além de quais cursos que serão implantados, incluindo a sequência de sua implantação, o número de vagas que serão ofertadas e as características construtivas e de mobiliário que serão utilizados, tanto nos ambientes acadêmicos quanto nos administrativos, definirão esta pauta futuramente.

Neste contexto, é importante ressaltar que os cursos de engenharia são particularmente demandantes de investimentos laboratoriais, como foi visto no tópico apresentado, o que não é diferente das outras áreas de maior impacto tecnológico. As estimativas de valores de investimento e custeio apresentadas, com exemplos extraídos de peças orçamentárias de algumas universidades públicas, também servirão para auxiliar na tomada de decisão dos gestores. Por exemplo, a implantação de seis cursos de Engenharia (*Engenharia de Produção, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Automação e Controle e Engenharia Elétrica*), foi apresentada e será incluída na análise final do presente projeto, além de características de custeio próprias da organização educacional universitária.

Ainda, do ponto de vista da elaboração do projeto da Universidade do Distrito Federal, a discussão sobre os indicadores regulatórios mais importantes, como já mencionado anteriormente, com vistas aos apontamentos sobre as oportunidades e riscos e, sobre as fragilidades e potencialidades do projeto e da análise do impacto das emendas apresentadas ao PLC 034/2020, à luz da legislação em vigor.

Como já mencionado, a sistematização destas informações tem sua importância quando consideradas do ponto de vista das demandas sociais por formação especializada nas áreas de interesse do projeto (engenharias, tecnologias e inovação). Volta-se a afirmar que, pelo seu importante papel transformador, a Universidade certamente implicará em reflexos e, desta forma, justifica-se a análise com base nos fatores avaliados, quanto aos impactos econômicos, sociais, urbanísticos e populacionais possíveis. Tal análise a ser apresentada, também será baseada nos achados de outros autores e nas fontes que estão em estudo, para auxiliar estrategicamente dos poderes executivo e legislativo do DF, visto que serão destinados recursos expressivos do erário público para os investimentos e o custeio da estrutura física, material e gestão de pessoas, para a implantação e para o desenvolvimento de seus cursos de educação superior, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, além da pesquisa e da extensão.

É certo que a UnDF precisará se firmar como uma instituição sólida, de reconhecimento nacional e internacional, voltada para a melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e, que esteja pautada nas metodologias ativas de ensino. Assim, poderá fomentar a criatividade e a inventividade de sua comunidade acadêmica, objetivando uma visão educacional transformadora, voltada para o desenvolvimento social, econômico, científico e cultural, que dialogue constantemente com a Sociedade em todas as suas esferas.

1. **BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO**
   1. **BIBLIOGRAFIA CITADA**

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Edição 241. Seção 1, 2-5p.

\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p.27833.

\_\_\_\_. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2013. Edição Extra. p.1.

\_\_\_\_. Ministério da educação. Portaria Normativa n.° 840/GM, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 ago. 2018. Edição 165. Seção 1, 99-102p.

DISTRITO FeDeRAL. Conselho de educação do Distrito Federal. Resolução no 02, de 19 de setembro de 2017. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 19 out. 2017, p.13.

ROBL, Fabiane. Relatório Técnico 2 - Documento técnico contendo estudo para implantação de Instituição de Educação Superior que considere a distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos na rede pública e privada – no DF e RIDE, bem como a contribuição da criação da Instituição para o desenvolvimento da comunidade e indicadores estabelecidos no PNE vigente. Brasília: CEBRASPE. Documento. 47p. 2021.

* 1. **FONTES DE INFORMAÇÃO**

As informações que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento do presente projeto estão contidas nas seguintes fontes primárias oficiais:

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <www.emec.mec.gov.br>.

\_\_\_\_. Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>

\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018.** Brasília-DF: CODEPLAN 2019. 116p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/microdados-pdad-2018>.

\_\_\_\_. **Atlas do Distrito Federal 2020.** Brasília-DF: CODEPLAN, 2020. 151p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020>.

Além disso, informações referentes a outros indicadores, bem como, os achados e informações consideradas importantes por outros pesquisadores (como fontes secundárias), estão sendo buscadas nas seguintes obras:

ALVARENGA, Felipe Campos et al. Alterações de custo e prazo em obras públicas.**Ambient. constr.**,  Porto Alegre,  v. 21, n. 1, p. 161-180,  Jan.  2021.

BATISTA, Neusa Chaves; FIGUEIREDO, Hodo Apolinário Coutinho de. Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais.**Cad. Pesqui.**,  São Paulo ,  v. 50, n. 177, p. 865-881,  Sept.  2020.

CALBINO, Daniel et al. Avaliação dos egressos de engenharias: um estudo a partir da inserção e desafios no mercado das primeiras turmas da UFSJ (2013-2017).**Avaliação (Campinas)**,  Sorocaba,  v. 25, n. 2, p. 477-500,  Aug.  2020.

CALDAS, Andrea do Rocio; PICANCO, Deise Cristina de Lima. Os desafios da construção da gestão participativa na universidade. **Educ. rev.**,  Curitiba ,  v. 35, n. 75, p. 81-102,  May  2019.

DOS REIS SILVA JUNIOR, João; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente.**Espac. blanco, Ser. indagaciones**,  Tandil ,  v. 23, n. 1, jun.  2013.

ECHALAR, Jhonny David; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; OLIVEIRA, João Ferreira de. Plano Nacional de Educação (2014–2024) – O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior.**Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**,  Rio de Janeiro , v. 28, n. 109, p. 863-884,  Dec.  2020.

GALHARDO, Eduardo et al. Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da UNESP.**Avaliação (Campinas)**, Sorocaba ,  v. 25, n. 3, p. 701-723,  Dec.  2020.

GAMA, Maria Eliza Rosa; SANTOS, João Timóteo de los. Gestão na educação superior e as avaliações de suas práticas.**Avaliação (Campinas)**, Sorocaba ,  v. 25, n. 2, p. 458-476,  Aug.  2020.

GOERGEN, Pedro et al. A EDUCAÇÃO NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO ECONÔMICO MUNDIAL.**Educ. Soc.**, Campinas,  v. 40,  e0229217, 2019 .

GRIBOSKI, Claudia Maffini; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; HORA, Paola Matos da. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI.**Avaliação (Campinas)**, Sorocaba,  v. 23, n. 1, p. 178-197,  Apr.  2018.

HAMMES JUNIOR, David Daniel; FLACH, Leonardo; MATTOS, Luísa Karam de. The efficiency of public expenditure on Higher Education: a study with Brazilian Federal Universities.**Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**,  Rio de Janeiro ,  v. 28, n. 109, p. 1076-1097,  Dec.  2020.

MARQUES, Felipe Tumenas. A VOLTA AOS ESTUDOS DOS ALUNOS EVADIDOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.**Cad. Pesqui.**, São Paulo ,  v. 50, n. 178, p. 1061-1077,  Oct.  2020.

PAULA, Camila Henriques de; ALMEIDA, Fernanda Maria de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras.**Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**,  Rio de Janeiro ,  v. 28, n. 109, p. 1054-1075,  Dec.  2020.

PILATTI, Luiz Alberto; CECHIN, Marizete Righi. Perfil das universidades brasileiras de e com potencial de classe mundial.**Avaliação (Campinas)**,  Sorocaba,  v. 23, n. 1, p. 75-103,  Apr.  2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?.**Educ. Soc.**,  Campinas,  v. 36, n. 133, p. 867-89, Dec. 2015.

**Anexo 1.** Número de IES por Categoria Administrativa no Brasil e no Distrito Federal

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Número de IES  (Brasil) | | Total | Número de IES  (Distrito Federal) | | Total |
| Pública | Privada | Pública | Privada |
| 2010 | 278 | 2100 | 2378 | 03 | 61 | 64 |
| 2011 | 284 | 2081 | 2365 | 03 | 56 | 59 |
| 2012 | 304 | 2112 | 2416 | 03 | 57 | 60 |
| 2013 | 301 | 2090 | 2391 | 03 | 59 | 62 |
| 2014 | 298 | 2070 | 2368 | 04 | 58 | 62 |
| 2015 | 295 | 2069 | 2364 | 04 | 56 | 60 |
| 2016 | 296 | 2111 | 2407 | 04 | 55 | 59 |
| 2017 | 296 | 2152 | 2448 | 04 | 60 | 64 |
| 2018 | 299 | 2238 | 2537 | 04 | 62 | 66 |
| 2019 | 302 | 2306 | 2608 | 05 | 67 | 72 |
| ∆% | **+8,63** | **+9,8** | **+9,7** | **+66,6** | **+9,83** | **+12,5** |

Adaptado de ROBL (2021).

**Anexo 2.** Relação Nominal de IES com sede nos Municípios da RIDE DF – Características gerais (Categoria Administrativa: Privadas com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa; Organização Acadêmica: Faculdades; Modalidade da oferta: Presencial).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Ano de Criação | Finalidad lucrativa | Sede | Pólos ou Unidades |
| Faculdade FILOS - | 2018 | Sim | Águas Lindas de Goiás | Águas Lindas de Goiás |
| Faculdade Linear -  LINEAR | 2006 | Sim | Águas Lindas de Goiás | Águas Lindas de Goiás |
| FACULDADE DO PLANALTO CENTRAL - FAPLAC | 2013 | Sim | Formosa | Centro |
| Parque Vila Verde |
| FACULDADES INTEGRADAS IESGO - IESGO | 2000 | Sim | Formosa | Formosinha |
| FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES FORMOSA -  FUG | 2002 | Sim | Formosa | Centro |
| Instituto União das Faculdades Americanas - IUFA | 2019\* | Sim | Formosa | Formosinha |
| FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA - FACEG | 2005 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | GOIANÉSIA | Cóvoa |
| Cóvoa ( Agronomia) |
| FACULDADE LOGOS - FALOG | 2016 | |  | | --- | | Sim | | Novo Gama | Novo Gama |
| FACULDADE JK - GOIAS - PADRE BERNARDO - JK | 2018 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Padre Bernardo | Padre Bernardo |
| FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO - | 2002 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SENA AIRES - FACESA | 2000 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE JK GOIÁS - VALPARAÍSO - JK VALPARAISO | 2019 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - ICSH | 1999 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE CNEC UNAÍ | 1998 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UNAÍ -  FACISA | 2008 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ - FACTU - FACTU | 1997 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |

\*em descredenciamento voluntário)

Adaptado de ROBL (2021).

**Anexo 3.** Relação Nominal de IES com sede no DF (Características gerais acadêmicas).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Ano de Criação | Organização Acadêmica | Categoria Administrativa | Tipo de credencia-mento | Sede | Pólos (DF e Ride) ou Unidades |
| Universidade de Brasília | 1962 | Universidade | Pública Federal | Presencial e EaD(2003) | Asa Norte | Gama(C) |
| Planaltina (C) |
| Ceilândia (CNN1) |
| Ceilândia (CNN14) (C) |
| Ceilândia (UAB) |
| Santa Maria (UAB |
| Águas Lindas de Goiás (UAB) |
| Alexânia (UAB) |
| Alto Paraíso de Goiás (UAB) |
| Cavalcante (UAB) |
| Formosa |
| Luziânia |
| Planaltina |
| Buritis |
| Universidade Católica de Brasília | 1974 | Universidade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2004) | Águas Claras | Gama |
| Paranoá |
| Sobradinho |
| Santa Maria |
| Samambaia |
| Taguatinga Norte |
| Ceilândia |
| Asa Norte |
| Águas Lindas de Goiás |
| Formosa |
| Goianésia |
| Valparaíso de Goiás |
| Unaí |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA - ESTÁCIO BRASÍLIA | 2001 | Centro Universitário (2014) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Asa Sul (SGAS 604 |
| Asa Sul (SGAS 902 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB | 1968 | Centro Universitário | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Asa Norte | Ceilândia |
| Taguatinga (CI) |
| Taguatinga (CII) |
| Taguatinga (Polo) |
| Núcleo Bandeirante |
| Buritis (Polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB - IESB | 1998 | Centro Universitário (2011) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2014) | Asa Norte | Ceilândia (C) |
| Taguatinga (C) |
| Gama (Polo) |
| Santa Maria (polo) |
| Lago Sul (polo) |
| Samambaia (Polo) |
| Guará (polo) |
| Taguatinga (polo) |
| Sobradinho (Polo) |
| Recanto das Emas (polo) |
| Águas Claras (polo) |
| Gama (Polo) |
| Luziânia (Polo) |
| Valparaíso de Goiás (Polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - UDF | 1969 | Centro Universitário | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul – SEP – Sul EQ 704 |
| SGA -903 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIEURO | 1998 | Centro Universitário | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Asa Sul | Asa Sul |
| Asa Norte |
| Águas Claras |
| CENTRO UNIVERSITARIO PROJEÇÃO | 2000 | Centro Universitário (2016) | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Taguatinga | Taguatinga (C) |
| Guará (CI) |
| Guará (CII) |
| Águas Claras (Polo) |
| Ceilândia (I) |
| Ceilândia (II) |
| Ceilândia (III) |
| Planaltina |
| Santa Maria (Polo) |
| Samambaia(Polo) |
| Sobradinho (C) |
| Brazlândia (polo) |
| Asa Norte (polo) |
| São Sebastião (Polo) |
| Águas Lindas de Goiás (Polo) |
| Novo Gama (polo) |
| Padre Bernardo (Polo) |
| Valparaíso de Goiás (polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN | 1990 | Centro Universitário (2018) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2014) | Águas Claras | Águas Claras |
| Taguatinga Norte |
| Centro Universitário ICESP | 1995 | Centro Universitário (2010) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Aeroporto |
| Águas Claras |
| Recanto das Emas (I) |
| Recanto das Emas (II) |
| Taguatinga |
| Guará |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL APPARECIDO DOS SANTOS | 1986 | Centro Universitário (2018) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Gama | Gama |
| Park Way |
| FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA - MAUADF | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Taguatinga | Gama (C) |
| Planaltina |
| Águas Claras |
| Paranoá(polo) |
| Águas Lindas de Goiás (Polo) |
| Luziânia (polo) |
| Faculdade Ibmec de Brasília - Ibmec Brasília | 2020 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | SIG Q 4 | --- |
| FACULDADE PROCESSUS - PFD | 2006 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2019) | Asa Sul | Campus Águas Claras |
| FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE BRASÍLIA- FTBB | 2005 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | ---- |
| FACULDADE ATAME - ATAME | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Asa Norte | Asa Norte |
| FACULDADES INTEGRADAS DA UPIS - UPIS | 1973 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Planaltina (unidade rural) |
| Faculdade Projeção de Taguatinga Norte | 1999 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| Ceilândia |
| INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALBERT EINSTEIN - ISALBE | 2002 | Faculdade  (em supervisão) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Taguatinga |
| INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PLANALTO - IESPLAN | 1999 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | SEPSul Quadra 708/907, |
| Faculdade JK Michelangelo | 2000 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga (I) |
| Taguatinga (II) |
| Gama |
| Santa Maria (I) |
| Santa Maria (II) |
| Santa Maria (II) |
| Asa Norte |
| Asa Sul |
| FACULDADE PROJEÇÃO DE CEILÂNDIA | 2000 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia Norte |
| FACULDADE ALBERT EINSTEIN - FALBE | 2001 | Faculdade  Em supervisão | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul  Sgas 905 | Asa Sul |
| Taguatinga |
| FACULDADE AIEC - AIEC / FAAB | 2001 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | EaD | Asa Sul | Asa Sul |
| SIG |
| FACULDADE UNIBRASÍLIA SUL | 2001 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Gama | Gama (I) |
| Gama (II) |
| Gama (III) |
| Gama (IV) |
| Taguatinga |
| São Sebastião |
| São Sebastião |
| Águas Claras |
| Faculdade Projeção de Sobradinho | 2001 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Sobradinho | Sobradinho |
| Sobradinho |
| Sobradinho |
| Sobradinho |
| Planaltina |
| ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS | 2001 | Faculdade | Pública Estadual | Presencial e EaD(2019) | Asa Norte | Asa Norte |
| Samambaia Sul |
| FACULDADE PROJEÇÃO DO GUARÁ - | 2004 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará (I) |
| Guará(II) |
| REAL FACULDADE DE BRASÍLIA - FU | 2018 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | Asa Norte |
| FACULDADE JK - GUARÁ | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará ( Sede) |
| Asa Sul (I) |
| Asa Sul (II) |
| Asa Sul (III) |
| INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO CECAP - ISCECAP | 2002 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Lago Norte | Lago Norte |
| Paranoá |
| Sobradinho |
| FACULDADE LS - FACELS | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Ceilândia |
| FACULDADES INTEGRADAS DA UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR CERTO - UNICERTO | 2000 | Faculdade  (em descredenciamento voluntario) | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| FACULDADE IBRA DE BRASÍLIA - | 2006 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD(2018) | Planaltina | Planaltina (C) |
| Planaltina(C) |
| Taguatinga (C) |
| FACULDADE JK DE TECNOLOGIA | 2005 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Lago Norte | Lago Norte |
| Gama |
| Santa Maria |
| FACULDADE APOGEU | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Gama | Gama |
| Gama |
| FACULDADE FORTIUM | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Gama |
| Gama |
| Gama |
| Gama |
| Asa Sul |
| Asa Sul |
| Asa Norte |
| Asa Norte |
| Escola de Direito e de Administração Pública do IDP | 2010 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (lato sensu- 2016) | Asa Sul | Asa Sul |
| Asa Sul |
| FACULDADE DE TEOLOGIA DA ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA - FATEO | 2012 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ESMPU | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Câmara dos Deputados | Câmara dos Deputados |
| FACULDADE HORIZONTE - FACHORIZONTE | 2012 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul (I) |
| Asa Sul (II) |
| Santa Maria |
| Instituto Superior de Ciencias Policiais - ISCP | 2013 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Setor SPO | Setor SPO |
| ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Setor de Habitações Individuais Sul | Setor de Habitações Individuais Sul |
| FACULDADE CLARETIANA DE BRASILIA - FCB | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Faculdade ANASPS - FANASPS | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade de Tecnologia CNA - FATECNA | 2013 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2016) | SGAN, quadra 601 | SGAN |
| Alexânia |
| ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP - ANP | 2008 (Lato sensu Ead)  2017 – escola de governo | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD –Lato sensu (2008) | Lago Norte | Lago Norte |
| ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - EAGU | 2018 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2018) | SIG | SIG |
| INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA - ISC-TCU | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD(2017) | Asa Sul | Asa Sul |
| ESCOLA DE INTELIGÊNCIA - ESINT/ABIN - ESINT/ABIN | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD(2017) | Setor Policial Sul | Setor Policial Sul |
| Instituto Legislativo Brasileiro - ILB | 2013 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD | Área Central | Área Central |
| FACULDADE DE ESTUDOS BÍBLICOS INTERDISCIPLINARES - FEBI | 2020 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia |
| FACULDADE SOLIDÁRIA DE SOBRADINHO | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| FACULDADE GOYAZES DO DISTRITO FEDERAL | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Recanto das Emas | Recanto das Emas |
| FACULDADE DO DISTRITO FEDERAL - FACDF | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia |
| FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASILIA - FPMB | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade Uninassau Brasília | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga (I) |
| Taguatinga(II) |
| Faculdade de Tecnologia Ícone - FACTI | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| Ceilândia |
| Faculdade Republicana - | 2018 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdades Planalto Central - FPC | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| Instituto Leya de Educação Superior - Leya | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018 | Águas Claras | Águas Claras |
| Faculdade Sulamérica Brasília | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Planaltina | Planaltina |
| FTRB - Faculdade Teológica Reformada de Brasília - | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Águas Claras | Águas Claras |
| Instituto Superior da Convenção Nac. das Assembleias de Deus - ISCON | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade Cerrado - FACE | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| FACULDADE UNIVERSO BRASÍLIA - | 2019 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| Setores Complementares |
| Faculdade Brasília | 2019 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Santa Maria | Santa Maria |
| Faculdade Esdras Dantas - FAC-ED | 2019 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Águas Claras |
| Escola Superior de Gestão - ESGe | 2017 | Faculdade | Pública Estadual | Presencial | SGO | SGO |
| FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA | 1998 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Águas Claras |
| Faculdade Anhanguera de Ciências e Tecnologia de Brasília | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | Asa Norte |
| Asa Sul |
| Asa Sul |
| FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO | 2001 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga- Sul |
| FACULDADE ANHANGUERA DE TAGUATINGA | 2000 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga Setor Industrial |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA - IFB | 2009 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia | Pública Federal | Presencial e EaD (2018) | Asa Norte (Reitoria) | Cidade Estrutural |
| São Sebastião |
| Riacho Fundo |
| Taguatinga (I) |
| Taguatinga (II) |
| Ceilândia |
| Asa Norte (I) |
| Asa Norte(II) |
| Planaltina |
| Gama |
| Samambaia |

Adaptado de ROBL (2021).

**Anexo 4** Evolução de Matrículas por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – DF.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Universidades | | Centros Universitários | Faculdades | | | IFs | Total |
| **Pública** | **Privada** | **Pública** | | **Privada** |
| Federal | Estadual |
| 2010 | 24.065 | 24.414 | 35.574 | 00 | 597 | 72.373 | 88 | 157.111 |
| 2011 | 27.766 | 42.150 | 48.728 | 00 | 633 | 67.973 | 192 | 187.442 |
| 2012 | 21.772 | 25.902 | 52.926 | 00 | 715 | 62.810 | 516 | 164.641 |
| 2013 | 30.077 | 46.984 | 61.757 | 00 | 747 | 62.498 | 648 | 202.711 |
| 2014 | 31.454 | 53.029 | 71.579 | 00 | 847 | 60.672 | 966 | 218.547 |
| 2015 | 34.046 | 53.339 | 76.941 | 00 | 828 | 37.088 | 1.329 | 203.571 |
| 2016 | 34.459 | 51.596 | 82.839 | 00 | 892 | 49.590 | 1.836 | 221.212 |
| 2017 | 35.940 | 50.488 | 85.160 | 00 | 706 | 48.470 | 2.463 | 223.227 |
| 2018 | 35.927 | 48.253 | 92.057 | 182 | 754 | 41.277 | 3.085 | 221.535 |
| 2019 | 36.118 | 47.253 | 97.138 | 257 | 773 | 39.092 | 3.823 | 224.454 |
| ∆% | **50,1** | **93,5** | **173** | **41** | **29,4** | **-46** | **4.244** | **42,9** |

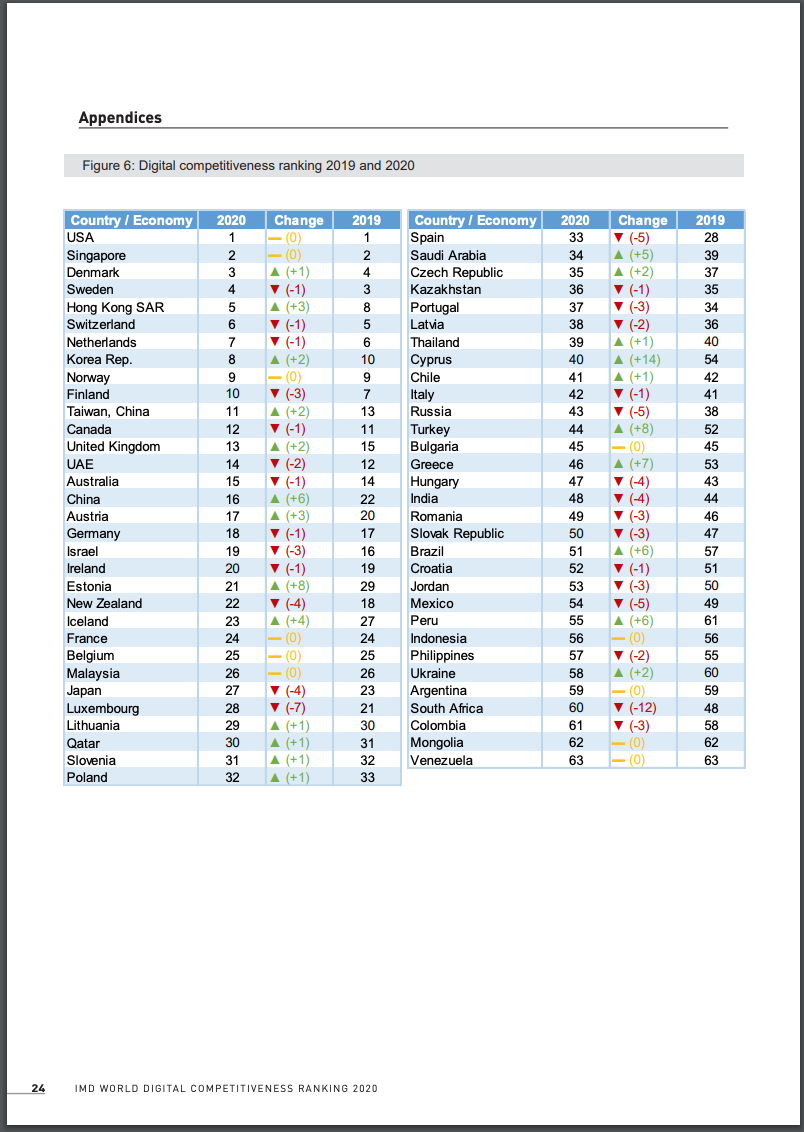
Adaptado de ROBL (2021).

**Anexo 5.** Capacidade de reação da economia às demandas futuras (Relatório Sobre Competitividade Global de 2020).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Position | 1) Update education curricula and expand investment in the skills needed for jobs in markets of tomorrow. | | 2) Expand eldercare. childcare and healthcare infrastructure and innovation for the benefit of people and the economy | | 3) Facilitate the creation of “markets of tomorrow”, especially in areas that require public-private collaboration | | 4) Incentivize and expand patient investments in research, innovation and invention that can create new “markets of tomorrow” | | 5) Incentivize firms to embrace diversity, equity and inclusion to enhance creativity | | 6) Increase incentives to direct financial resources towards long-term investments, strengthen stability and expand inclusion | | 7) Upgrade infrastructure to accelerate the energy transition and broaden access to electricity and ICT | |
| 1 | Finland | 75.3 | Sweden | 75.9 | Finland | 59.5 | United States | 57.3 | China | 79.2 | Finland | 95.4 | Estonia | 99.7 |
| 2 | Netherlands | 71.8 | Denmark | 65.0 | United States | 57.7 | Japan | 54.7 | Sweden | 77.9 | New Zealand | 93.2 | Denmark | 91.5 |
| 3 | Denmark | 71.5 | Canada | 61.6 | Japan | 53.5 | Korea, Rep. | 53.4 | New Zealand | 73.9 | Sweden | 89.0 | Netherlands | 91.4 |
| 4 | Switzerland | 70.8 | Finland | 61.4 | Sweden | 52.2 | Finland | 53.4 | United States | 73.3 | Austria | 88.3 | Finland | 88.9 |
| 5 | Sweden | 69.4 | Netherlands | 61.2 | Israel | 51.2 | Israel | 53.1 | Australia | 72.4 | Japan | 84.7 | Sweden | 88.0 |
| 6 | United States | 68.2 | New Zealand | 58.6 | Switzerland | 50.8 | Switzerland | 51.6 | Finland | 70.9 | Denmark | 84.6 | Portugal | 87.8 |
| 7 | China | 67.0 | Israel | 56.8 | Netherlands | 50.4 | France | 50.8 | Netherlands | 70.9 | France | 83.0 | Spain | 86.9 |
| 8 | Israel | 66.6 | Belgium | 54.9 | France | 50.1 | Sweden | 50.8 | Denmark | 70.8 | Ireland | 81.9 | Ireland | 86.8 |
| 9 | Belgium | 65.8 | United States | 54.2 | China | 49.7 | China | 50.0 | Argentina | 69.0 | Israel | 81.7 | Hungary | 86.4 |
| 10 | Canada | 65.3 | France | 52.7 | Canada | 49.5 | Germany | 49.2 | Switzerland | 67.2 | Belgium | 81.2 | Slovak Rep. | 84.9 |
| 11 | Australia | 63.5 | Germany | 51.4 | Belgium | 49.3 | Netherlands | 48.3 | United Kingdom | 67.1 | Australia | 81.2 | Austria | 83.8 |
| 12 | New Zealand | 63.5 | Switzerland | 51.3 | Germany | 48.1 | Belgium | 47.8 | Ireland | 66.9 | Estonia | 81.1 | Belgium | 82.7 |
| 13 | Germany | 61.4 | United Kingdom | 50.4 | Austria | 47.3 | Indonesia | 45.6 | Canada | 66.5 | Netherlands | 79.9 | France | 82.6 |
| 14 | Austria | 60.6 | Australia | 49.6 | Korea, Rep. | 46.7 | New Zealand | 45.2 | Portugal | 65.3 | Italy | 79.8 | Korea. Rep. | 81.8 |
| 15 | Korea. Rep. | 60.0 | Japan | 49.3 | Denmark | 46.7 | Estonia | 43.4 | Israel | 65.2 | Germany | 79.3 | Czech Republic | 81.6 |
| 16 | United Kingdom | 59.7 | Chile | 48.7 | Ireland | 46.6 | Australia | 42.9 | Belgium | 64.7 | Korea, Rep. | 78.3 | United Kingdom | 80.9 |
| 17 | Ireland | 59.5 | Korea. Rep. | 48.5 | United Kingdom | 46.1 | Canada | 42.8 | Germany | 62.6 | Canada | 75.1 | Greece | 80.8 |
| 18 | Estonia | 56.8 | Estonia | 47.0 | New Zealand | 45.0 | Portugal | 42.2 | France | 62.2 | China | 72.8 | Switzerland | 80.0 |
| 19 | France | 56.8 | Ireland | 45.8 | Indonesia | 45.0 | Denmark | 41.7 | South Africa | 61.5 | United Kingdom | 72.4 | Germany | 79.6 |
| 20 | Chile | 52.1 | Spain | 45.3 | Estonia | 44.9 | United Kingdom | 40.9 | Russian Fed. | 60.9 | Greece | 68.3 | **Brazil** | **79.4** |
| 21 | Spain | 51.4 | Austria | 42.8 | Portugal | 44.6 | Spain | 40.4 | Estonia | 60.9 | Portugal | 67.1 | Poland | 77.8 |
| 22 | Japan | 51.3 | Czech Republic | 40.0 | Spain | 44.4 | Czech Republic | 40.2 | Indonesia | 60.4 | Poland | 62.7 | China | 77.5 |
| 23 | Portugal | 49.8 | Italy | 37.0 | Australia | 44.0 | Austria | 38.8 | Greece | 59.7 | **Brazil** | **60.3** | Canada | 77.0 |
| 24 | Indonesia | 49.0 | Mexico | 36.1 | Italy | 43.0 | Italy | 36.9 | Spain | 58.6 | Indonesia | 59.7 | Japan | 76.9 |
| 25 | Czech Republic | 48.5 | Slovak Rep. | 35.5 | Czech Republic | 41.9 | Hungary | 36.7 | Korea, Rep. | 58.0 | Spain | 59.7 | Mexico | 75.0 |
| 26 | Argentina | 46.9 | Hungary | 34.4 | India | 40.2 | **Brazil** | **36.2** | **Brazil** | **57.4** | Switzerland | 59.2 | Israel | 74.2 |
| 27 | Slovak Rep. | 46.5 | Turkey | 32.3 | Chile | 39.7 | Ireland | 36.1 | Czech Republic | 57.3 | Czech Republic | 58.2 | Italy | 74.1 |
| 28 | Russian Fed. | 44.9 | Portugal | 31.4 | Hungary | 39.4 | Russian Fed. | 35.6 | Chile | 57.3 | Chile | 57.5 | Australia | 73.0 |
| 29 | India | 43.5 | Poland | 30.3 | Stolav Rep. | 39.3 | India | 32.5 | Austria | 56.6 | Russian Fed. | 55.3 | India | 72.6 |
| 30 | Mexico | 43.3 | Greece | 24.7 | Turkey | 38.5 | Poland | 32.1 | Japan | 56.0 | Slovak Rep. | 54.7 | Chile | 72.1 |
| 31 | South Africa | 42.6 | Argentina | n/a | **Brazil** | **38.0** | Argentina | 31.9 | Hungary | 53.5 | India | 54.5 | United States | 71.2 |
| 32 | Poland | 41.9 | **Brazil** | **n/a** | Poland | 37.5 | Chile | 31.7 | Mexico | 52.7 | Hungary | 52.0 | New Zealand | 68.1 |
| 33 | Hungary | 40.8 | China | n/a | Greece | 36.0 | South Africa | 31.7 | Poland | 52.7 | Turkey | 49.8 | Argentina | 67.6 |
| 34 | Italy | 40.7 | India | n/a | Mexico | 35.7 | Slovak Rep. | 31.3 | Slovak Rep. | 52.2 | Mexico | 49.0 | Turkey | 67.1 |
| 35 | Turkey | 39.8 | Indonesia | n/a | South Africa | 35.6 | Turkey | 28.9 | Italy | 46.9 | South Africa | 48.6 | South Africa | 63.8 |
| 36 | **Brazil** | **39.5** | Russian Fed. | n/a | Argentina | 34.3 | Mexico | 27.2 | Turkey | 46.8 | United States | 47.8 | Indonesia | 62.7 |
| 37 | Greece | 38.7 | South Africa | n/a | Russian Fed. | n/a | Greece | 25.2 | India | 45.1 | Argentina | 32.8 | Russian Fed. | 57.2 |

Adaptado de: Wold Economic Forum (2020).

**Anexo 6**. Ranking de competitividade digital 2020, elaborado pelo Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento (IMD, 2020),



Adaptado de: IMD – Wold Digital Competitiveness Ranking (2020).